



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 387 - DE 28 DE FEVEREIRO A 13 DE MARÇO DE 2010 - R\$ 3,00

Congresso do PT confirma Dilma e servilismo ao imperialismo à burguesia e ao PMDB



PSTU: que frente socialista é essa com o estalinismo e o reformismo?



A burguesia e seus governos são os culpados pelas dezenas de mortes e destruição das casas pelas chuvas
Entrega imediata de moradias às famílias!
Mobilizar e lutar nas ruas pelas reivindicações!
Unidade dos movimentos contra os governos!

Lula submete seu projeto de direitos humanos às pressões da burguesia e dos milicos



Professores-SP: responder com luta aos ataques de Serra

Aumenta a pressão imperialista sobre o Irã. Defender o direito à autodeterminação



A crise capitalista mostra força sobre a Europa; Trabalhadores gregos protestam em greve geral

A luta armada no Brasil (1960-1970) - A ORM-POLOP

IV Congresso do PT: Lula e sua camarilha ditam o que aprovar

O I Congresso do PT, novembro/dezembro de 1990, teve o objetivo central de aprovar uma resolução de rejeição à revolução social, à estratégia da ditadura do proletariado e ao comunismo. No mesmo âmbito de decisão, expulsaram-se as correntes de esquerda que não aceitaram a disciplina burocrática do partido burguês que se consolidava como tal. A delimitação de fronteiras entre a manutenção do capitalismo e o de sua destruição pela revolução resultou em um ato final do processo de completa definição do PT como partido da ordem burguesa.

As esquerdas ditas socialistas viram na criação do PT, em fins dos anos 70 e começo de 80, a possibilidade de um partido eleitoral de esquerda que levasse o reformismo às últimas consequências. Formularam a estratégia de um governo dos trabalhadores a ser defendido nas eleições e brandiram um conjunto de reivindicações democráticas, entre elas a “reforma agrária radical, sob o controle dos camponeses”.

A posição majoritária liderada pela corrente lulista (Articulação) levantou, desde cedo, o “programa de um governo democrático e popular”, extraído da tradição estalinista, para comparecer como um partido pró-capitalista renovador das instituições, das formas políticas estatais e das relações sociais. Evidenciava-se a impossibilidade de um partido de esquerda socialista eleitoral e colocava-se a possibilidade de um partido reformista. O triunfo dos partidários do “governo democrático e popular” contou com a força da burocracia sindical e principalmente do caudilhismo de Lula, líder das greves do ABC que desafiaram a ditadura militar.

O PT deveria se concentrar na tarefa de ganhar setores da burguesia para se potencializar e se credenciar como instrumento de conservação do capitalismo. O I Congresso foi talhado para isso. Aprovaria o documento programático de rejeição ao comunismo e expulsaria as correntes que não acatassem a decisão, disposta no regimento interno. Cumprida essa etapa, o PT podia bater à porta dos capitalistas com um passaporte carimbado pelo I Congresso.

Esse processo ocorreu sob a circunstância de crise política e de potenciação eleitoral do petismo, mas não o suficiente para constituir-se no poder do Estado, com Lula presidente. Nas eleições de 2002, o PT se apresentou com uma política amadurecida para governar: havia se livrado do esquerdismo inicial e dos esquerdistas inconvenientes.

A burguesia brasileira e internacional exigiu de Lula que fizesse uma última demonstração – que colocasse o PT de joelhos perante o grande capital, comprometendo-se não só defender o capitalismo, mas também a diretriz geral do capital financeiro, imperialista. Lula acatou e publicou a “Carta ao Povo Brasileiro”. Com esse gesto, o PT se mostrou servil à ditadura de classe da burguesia; e os cofres se abriram para regar fartamente a alegre campanha eleitoral do “Lula, lá”.

Em outubro de 2010, encerram-se dois mandatos de Lula. O caudilho cumpriu à risca a “Carta ao Povo Brasileiro”. Mostrou competência em gerenciar os grandes negócios dos exploradores do povo brasileiro e em sobreviver no emaranhado das qua-



drilhas de politiqueiros, burocratas e ladrões que comandam o Estado. Mostrou competência em usar o ciclo de crescimento econômico para distribuir migalhas aos miseráveis e mantê-los paralisados. Mostrou competência em estatizar os sindicatos, levando sob cabresto a burocracia sindical para os meandros do Estado. Mostrou competência em manter o MST atrelado às promessas de assentamentos e melhoria das condições materiais dos assentados. Mostrou competência em manietar as pressões do “movimento dos direitos humanos”, “dos direitos raciais”, “dos direitos indígenas etc. Mostrou competência para, na crise, entregar bilhões às multinacionais e até “emprestar para o FMI”. Enfim mostrou competência em projetar internacionalmente o Brasil nos fóruns do imperialismo.

Com a economia indo à frente e com muito recurso, Lula fez mais um milagre brasileiro. Já se fala que ficará na história como estadista ao lado de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Lula, o retirante nordestino faminto, o operário, o presidente do sindicato metalúrgico e o Presidente da República com mais de 70% de aprovação da população, ocupou triunfante a tribuna do IV Congresso para mostrar aos petistas que Dilma Rousseff já tinha sido escolhida fazia tempo e que o fundamental era garantir a ampla aliança partidária, tendo o PMDB como pilar, assim como o foi em seus dois mandatos. Ao IV Congresso, cabia tão-somente fazer a saudação.

E o programa de governo? A direção do PT procurou inventar a história de que Dilma faria um governo mais à esquerda de Lula. Avançaria a presença do Estado na economia. Lula mandou o presidente do PT, Ricardo Berzoini, imediatamente corrigir o documento, pomposamente intitulado “A grande transformação – Projeto de Desenvolvimento Nacional Democrático Popular, Sustentável e de Longo Prazo para o País”, antes que a imprensa desse um tom de seriedade à suposta esquerdização de Dilma.

O texto não apregoa nada além do que o governo vem fazendo, que é potenciar os bancos estatais, particularmente o BNDES, colocando-os a serviço do grande capital nacional. Mas Lula e Dilma exigiram que ficasse claro que não se está propon-

do reestatizações. E que os compromissos com a política fiscal, monetária e cambial serão mantidos. Os componentes petistas do Planalto querem que não haja qualquer dúvida ou omissão quanto à avaliação positiva das diretrizes governamentais e do continuísmo. Assim, deveria estar totalmente claro que fortalecer o Estado significa dar condições para os capitalistas investirem, aumentarem seus lucros, agigantarem a acumulação de capital e terem estabilidade para seus negócios. Os programas assistenciais, por sua vez, devem ser tratados no Projeto como perenes, sem qualquer vacilação como aparece no texto.

Os escribas da Executiva Nacional acataram as ordens, e o IV Congresso homologou o documento. A dita esquerda do PT – que comporta inclusive os lambertistas d'O Trabalho – teve de se conformar com o congresso da unidade, nos dizeres de José Genoino. Em seu discurso, preparado pela camarilha de Lula, a ex-pedetista Dilma exortou a burguesia a ficar tranqüila, pois, se eleita, não “haverá retrocessos ou aventuras”.



Os explorados terão de arcar com mais exploração, pobreza e miséria com a promessa de avanços e bem-venturas feitas aos capitalistas de Dilma.

Lula mostra à burguesia como se tornou um político maduro

Na entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo”, de 19 de fevereiro, o caudilho do PT pareceu em paz consigo com seu papel de agente da burguesia e de responsável por um trajeto da história do Brasil. A maneira desembaraçada, segura e ágil de responder mostrou um Lula feliz por estar terminando seu segundo mandato com apoio maciço da população e com a admiração de maior parte dos capitalistas nacionais e internacionais. Para quem esteve perto de sofrer cassação, no primeiro mandato, acusado de conivência com o “mensalão do PT”, o êxito do segundo mandato lhe deu a alegria de que precisava.

A explosão da crise do “mensalão do DEM deve lhe ter exaltado o humor da glória, porque enfim todos têm o seu “mensalão”.

E o reatamento de Lula com Collor que o denegriu na disputa eleitoral e, vitorioso, acabou cassado por corrupção? Lula não se perturba. Responde: “O exercício da democracia exige que você faça política em função da realidade que vive.” Exatamente, “o exercício da democracia” exige que o Presidente Lula transite entre as quadrilhas e os mafiosos que influenciam por meio dos partidos a política de Estado. Collor obteve do Supremo Tribunal Federal a absolvição de seus crimes e recuperou a inocência. As razões de sua cassação ficaram por conta do PC Farias, assassinado por ser arquivo vivo. Esse pedaço do “exercício da democracia” é coisa do passado, hoje Collor é um novo político e se aliou ao PT na base de sustentação do governo Lula.

E Sarney? Como é que o PT e Lula chegaram ao ponto de defendê-lo? Lula atribui também ao “exercício da democracia”. Ou seja, minimiza a bandidagem e inocenta o corrupto: “Você vai tirar um presidente do Senado porque a neta dele ligou para ele pedindo emprego”? “Sarney foi um homem de uma postura muito digna em todo esse episódio. Das acusações que vocês fizeram contra o Sarney, nenhuma se sustenta juridicamente e o tempo vai provar.” Comentário esperto! Não vai se “sustentar juridicamente”. A cassação de Collor ocorreu e depois juridicamente foi inocentado. Nesse caso também valeu

“o exercício da democracia”. O Supremo Tribunal Federal se encarrega de apagar os crimes da burguesia e de seus respeitáveis representantes, para isso os juízes são muito bem pagos.

Essas são respostas de quem renega o PT de 1980, 82: “O PT que chegou ao governo foi o PT maduro. De vez em quando, acho que foi obra de Deus não permitir que eu ganhasse em 1989. Se eu chego em 1989 com a cabeça do jeito que eu pensava, ou eu tinha feito uma revolução no País ou tinha caído no dia seguinte.” Pois é, presidente Lula, foi Deus quem evitou que Sr. fizesse, por desgraça, “uma revolução” e iluminou seu caminho para que fosse bem comportado com os negócios da burguesia, evitando portanto também a sua queda. Esse Deus não está nem na Escritura e nem no Céu, está bem aqui em na Terra – é o Deus capitalista.

Os lulistas adoram uma frase de efeito sacada na hora certa. Perguntado se as diretrizes de fortalecimento do Estado não atrapalharia a candidatura de Dilma, o caudilho explica que o PT não jogará fora um patrimônio de 72% de aprovação da opinião pública. E conclui: “Isso é riqueza que nem o mais nervoso trotskista seria capaz de perder”. A caricatura é ridícula. No entanto, indica o quanto Lula se mediocrizou. Deixa um elogio para o PSTU: “ (...) Hipoteticamente vocês acham que o PSTU ganhará eleição com o discurso dele? Vamos supor que ganhe, acham que governa? Não governa.” O certo é dizer que com o seu discurso de socialismo, o PSTU não ganhará apoio financeiro da burguesia. O raciocínio hipotético – uma hipótese absurda – de que o PSTU não governará, se ganhar com seu discurso, deve ser traduzido: a Dilma só governará se fizer um governo serviçal como o de Lula. Nesse caso, o raciocínio hipotético tem base real.

Mas como Lula vê o PT, seus Congressos e as correntes que os compõem? Diz: “Não é verdade. Num Congresso do PT aparecem 20 teses. Tem gosto para todo mundo. É que nem uma feira de produtos ideológicos. As pessoas compram o que querem e vendem o que não querem.” Verdade inquestionável. Falta acrescentar: todos os vendilhões dependem no final das contas do caudilho Lula.

PSTU, jogo das pré-candidaturas

A insistência do PSTU em trazer o PSOL para reeditar a frente de esquerda se deve a cálculos eleitorais. Heloisa Helena seria a melhor solução. Mas a pequena caudilha decidiu por conta própria que se candidatará a senadora. Essa foi a pior notícia para o PSTU. O interesse primordial pelo PSOL se concentrava nos 6,5 milhões de votos obtidos por Heloisa Helena nas eleições presidenciais passadas, quando a ex-senadora encabeçou a frente de esquerda.

É certo que o PSTU não se limita a contabilizar o capital eleitoral de Heloisa. Justifica a frente de esquerda como tarefa histórica de unir os “socialistas” como alternativa eleitoral aos partidos da burguesia. Já mostramos no Massas anterior que “socialistas” para o PSTU se resumem no PSOL e PCB. Eduardo Almeida, da Direção Nacional do partido, que tem redigido as posições sobre a frente de esquerda, coloca sob o rótulo de “socialistas” os social-democratas e os estalinistas. Dirige-se ao PSOL e PCB com a bandeira de constituir um programa comum “socialista”. Uma tarefa em vão, como ficou demonstrada nas eleições de outubro de 2006, em que se constituiu a frente de esquerda. Heloisa defendeu o que queria. Com essa conduta, não importa o programa da frente, seja lá qual for.

A partir dessa experiência, insistir na candidatura de Heloisa resulta em negar qualquer compromisso programático, a não ser aquele que Heloisa prega desde quando estava no PT, de cunho clerical-assistencialista. No entanto, para a direção do PSTU, o que sobrou da experiência foi o desempenho eleitoral de Heloisa, sem considerar que os milhões de votos só foram possíveis pelo capital reformista acumulado na militância no PT e pelas rezas lacrimosas de justiça social e de moralidade política. Heloisa chegou à conclusão de que não mais poderá repetir o feito, ainda mais concorrendo com Marina Silva, muito mais capitalizada com choromingos e com muito mais dinheiro para a campanha.

Sabe-se que o argumento do programa socialista é para inglês ver. Uma ala importante do PSOL – MES e MTL – provavelmente fez um balanço negativo da frente de esquerda. Que vantagem o partido obteve em sua aliança com o PSTU? Trouxe-lhe voto que justificasse os 6,5 milhões. Não! Trouxe-lhe dinheiro. Muito pouco. Trouxe militância. Trouxe, mas com muitos problemas, cada um fazendo sua própria campanha. O programa conta? Sim e não! Heloisa disse o que queria, mas o PSTU importunou com as cobranças. Na somatória geral, o PSOL não levou vantagem.

A ala esquerda do PSOL, propensa à frente com o PSTU, não se diferencia da ala direita quanto à natureza de classe do partido que se está construindo. Ou seja, um partido pequeno-burguês social-democrata que objetiva se potencializar eleitoralmente para sobreviver. É correto que o PSOL é constituído de várias correntes e que ainda não tem uma fisionomia bem definida e definitiva. Mas a ruptura com o PT, sem que fosse sobre a base de um programa e de uma política revolucionários, decidiu o curso do PSOL, que carrega em suas entranhas contradições que levarão a novas cisões.

O que o PSTU ganhou com a frente? Uma tribuna eleitoral, contando com a figura de Heloisa Helena e seu capital político, acumulado com a militância no PT e com a atuação parlamentar. Preocupa, à direção do PSTU a potenciação eleitoral. Duas condições estão postas para a evolução do partido centrista: constituir uma burocracia sindical de esquerda e projetar-se eleitoralmente.

A primeira vem sendo obtida com a cisão da CUT e formação da Conlutas. A segunda depende do êxito da frente de esquerda. A estratégia de construir “uma alternativa de esquerda e socialista” nas eleições não passa de ilusão, mas define a política e tática eleitoral do partido. A frente de esquerda é concebida para impulsionar eleitoralmente a política centrista do partido.

A direção do PSOL, sob o comando de Heloisa Helena, estava prestes a firmar um acordo de apoio a Marina Silva, quando o PV se aliou com o PSDB e DEM no Rio de Janeiro. A escandalosa aliança obrigou a direção do PSOL a voltar para trás e colocar-se por candidatura própria. A pré-candidatura anunciada desde o Congresso do PSOL de Plínio Arruda Sampaio ganhou força. Pipocaram ao seu lado as de Martiniano Cavalcante e de João Batista Araújo (Babá). Martiniano faz parte da camarilha que pretendia apoiar Marina Silva. Caberá à Conferência eleitoral de março decidir.

O PSTU já havia se conformado com o fato do PSOL ignorar seus apelos frentistas. A virada na situação reavivou a possibilidade da frente de esquerda. Não seria possível com Heloisa Helena, poderia ser com Plínio. Mas eis que o pré-candidato destampou suas opiniões conciliadoras, que por sinal não são novidades, para quem conhece a sua trajetória democrata-cristã. Na revista Carta Capital, 581, Plínio elogia Lula em comparação a FHC.

No Opinião Socialista, 398, Eduardo Almeida, diz respeitar Plínio, mas que faria a crítica necessária, afinal o pré-candidato mais cotado “desconsidera as classe sociais e se enreda em uma avaliação subjetiva e simpática, completamente equivocada.” A diplomacia de Eduardo faz sentido. A tábua de salvação da frente de esquerda é Plínio. O experiente político sabe o que fala, não desconsidera e não se equivoca. Não quer se referir a Lula como governo burguês porque essa definição não importa para a sua política e porque é um adversário das caracterizações marxistas de classe. Plínio acha que se deve reconhecer e apoiar aquilo que é positivo no governo Lula porque advoga o reformismo, e não é de hoje.

Na entrevista à Rede Vida, assinalada pelo Opinião Socialista, Plínio fez a mesma comparação entre José Serra e Fernando H. Cardoso, explicando que o primeiro era mais nacionalista. Não há nada de estranho na posição de Plínio em negar a defesa do socialismo em sua campanha, caso seja candidato. Como vai defender o socialismo, se é um nacional-reformista? O homem está sendo coerente. A crítica do PSTU é de quem fica desapontado diante de uma esperança que voltou e que se esvai rapidamente por entre os dedos.

O POR tem dado atenção à frente de esquerda e o vai-e-vem da discussão em torno de sua reedição porque o PSTU a apresenta como uma tática marxista. A intervenção revolucionária nas eleições é uma imposição das circunstâncias da luta de classe em que imperam as ilusões democráticas e a dependência da classe operária aos partidos da burguesia. É o que vem se passando e se passa. Impõe-se a necessidade de se lançar no campo de luta política da burguesia para conquistar camadas dos explorados para o partido e para a revolução. Essa tarefa circunstancial, no entanto, não pode estar condicionada ao êxito eleitoral. A luta se dá pela defesa da revolução como a via do proletariado chegar ao poder e realizar seu programa histórico de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista.

Não à criminalização dos movimentos! Pela imediata libertação dos sem-terra presos! Fim dos assassinatos! Punição aos assassinos! Entrega das terras aos camponeses!

Os movimentos sociais têm sofrido, no último período, uma escalada repressiva. A classe operária, os camponeses, o funcionalismo, os estudantes e os movimentos populares são atacados pela repressão, processos, prisões e demissões das lideranças, leis anti-movimentos e campanhas difamatórias na imprensa. Dão-se as mãos os capitalistas, fazendeiros, juizes, parlamentares, governantes e meios de comunicação de massa para atacar os movimentos e suas lideranças.

O funcionalismo em greve teve lideranças demitidas, processos e repressão. Estudantes tiveram de enfrentar a repressão policial dentro da universidade. Há alguns dias, os moradores da zona leste de São Paulo, alagada tem dois meses, foram reprimidos pela polícia quando reivindicavam que a prefeitura devolvesse suas casas, destruídas pela cheia do Rio Tietê.

Mas tem se destacado na situação atual a brutal ofensiva contra os sem-terra. A invasão do acampamento em Iaras/SP e a prisão de nove militantes assentados; a campanha da revista Veja contra o acampamento de Tailândia/PA, acusando os sem-terra pelos crimes de devastação dos capitalistas madeireiros; a tortura seguida de assassinato dos sem-terra Elcio Machado e Gilson Gonçalves em Rondônia; a tentativa de criminalização do movimento pelos parlamentares da CPMI da terra, que tem à frente a fascista Kátia Abreu (DEM), o ex-dirigente da UDR Ronaldo Caiado (DEM), o fazendeiro Abelardo Lupion, o deputado a serviço dos capitalistas de celulose Onyx Lorenzoni, entre outros; esses são alguns dos fatos que mostram a brutalidade dos ataques aos sem-terra diante dos olhos do governo Lula, que não move uma palha em defesa dos camponeses pobres.

Origem da repressão

A criminalização dos movimentos é a resposta dos capitalistas e seus governos às lutas dos oprimidos por suas reivindicações. Os oprimidos, individualmente, são completamente impotentes para reivindicarem suas necessidades, diante do gigantismo das instituições da burguesia e de seu aparato econômico, político, administrativo, jurídico, propagandístico, repressivo. Para terem força e exercerem pressão contra os exploradores e seus governos, têm de recorrer à mobilização, à ação coletiva, de massa. Quando se juntam, mostram aos opressores uma força poderosa, e começam a colocar em risco o poder vigente. Este se mantém às custas do engano da maioria, das ilusões na farsa das instituições políticas e ideológicas manipuladas pela classe dominante, mas também através da repressão quando julga necessário. A repressão tem origem no aparato estatal da classe dominante, mas ela também é exercida diretamente pelos capitalistas por fora dele, e não será punida pelo seu próprio instrumento de dominação.

O objetivo da repressão aos movimentos é fazê-los retroceder. A perseguição das lideranças, com processos, demissões

e prisões, é um dos passos nesse sentido. A primeira tentativa repressiva é a do corte da cabeça dos movimentos. O terror sobre as lideranças é uma tentativa de amedrontar e dispersar a maioria. A defesa das lideranças deve ser então entendida como parte da luta geral dos movimentos pelas reivindicações. A única forma de defender de fato as lideranças perseguidas é ampliando a força dos movimentos, que assim terá a potência para impor aos opressores e seus governos o fim das perseguições e tornará sem efeito a manobra do terror sobre as lideranças. A bandeira de imediata libertação de todos os sem-terra presos deve ser encampada por todos os movimentos.

O assassinato defende a usurpação

No quadro de ataques às lideranças, os sem-terra são os que mais têm sofrido. Isso porque os ataques vão bem além das perseguições políticas e prisões de lideranças. Os ataques chegam aos assassinatos políticos. As mortes de camponeses pobres pelos jagunços dos fazendeiros são uma mensagem dos grandes ladrões de terras àqueles que se unem para ter um pedaço de terra para sustentar suas famílias: a violência será utilizada para preservar a usurpação. E ela virá de toda parte. Os governos usarão suas polícias para atacarem os acampados e prenderem as lideranças; os juizes vão condenar as lideranças pelo crime de se levantarem contra a opressão; os parlamentares vão fazer leis contra os movimentos; a imprensa burguesa vai fazer campanha para desgastar os sem-terra junto à classe média e aos trabalhadores das cidades; e os capitalistas vão usar seu dinheiro para pagarem jagunços e matarem camponeses pobres, crenças da impunidade que lhes é garantida por todos os seus laiaos.

Os assassinatos dos camponeses pobres são uma demonstração do que vale a vida dos explorados aos exploradores e seus governos e instituições: NADA! Aos opressores, não lhes basta fazerem os oprimidos trabalharem de sol a sol para lhes enriquecer, vivendo sob a mais profunda miséria; não lhes basta tomar as terras públicas ou desses mesmos pequenos camponeses e lhes colocar nas estradas com suas famílias sob as lonas dos acampamentos; se alguém lhes oferecer qualquer resistência à sanha de lucros, então é esmagado com o arrancar de seu único bem: a própria vida.

A mensagem dos latifundiários com a morte das lideranças é que a maioria também será vítima das balas caso pretenda se unir por suas reivindicações.

O governo Lula apóia os assassinos com sua omissão

Desde a posse de Lula, pouco mudou para os sem-terra. Os assentamentos são feitos num ritmo ainda menor que o do governo anterior. As desapropriações não avançam. Os fazendeiros só obtêm cada vez mais vantagens do governo, seja com financiamentos, subsídios ou leis. Qualquer esboço de medi-

da que afronte a liberdade de exploração capitalista é atacada, e o governo recua. Os crimes contra os sem-terra e suas lideranças avançam sem nenhum traço de reação do governo. A dependência do governo Lula de suas alianças no interior do governo o tornam um refém também quanto à questão da terra no Brasil. A maior autonomia do poder judiciário o torna instrumento poderoso dos fazendeiros contra os sem-terra. O isolamento dos camponeses pobres da classe operária, alimentado pelas direções burocráticas das organizações de massa estatizadas e governistas, enfraquece os sem-terra. A imprensa burguesa atua livremente para injuriar os movimentos. E a ligação das lideranças camponesas com Lula amarra suas mãos para avançar na luta que se coloque em contradição com o governo e suas políticas.

A impunidade fortalece a repressão

Os assassinatos de lideranças dos sem-terra são impunes. Não se prendem os assassinos e muito menos os mandantes. Sem nenhuma punição, os fazendeiros se sentem de mãos cada vez mais livres para atacar os movimentos. Ao contrário, os mandantes é que pressionam a justiça, o parlamento e os governos para que sejam mais eficientes no combate aos movimentos.

Deve ser uma reivindicação de todos os movimentos o fim dos assassinatos de lideranças e a punição dos assassinos. Mas não se devem limitar à pressão sobre os governos e justiça burguesa. Os oprimidos precisam colocar em pé seus organismos

Criminalização do MST, campanha dirigida pela CNA e Imprensa

A presidenta da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a latifundiária e senadora Kátia Abreu, ganhou uma página da Folha de São Paulo para ampliar a campanha de criminalização do movimento sem-terra. Com o slogan “invasão é crime”, exige que o governo Lula seja mais ativo na punição às ocupações, denuncia o Incra de ser controlado pelo MST e exalta a Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída para incriminar os sem-terra.

Kátia Abreu usa a grande imprensa para condenar as ocupações ocorridas em São Paulo, na época do carnaval. Para isso, enaltece o Código Civil e a Declaração dos Direitos Humanos, instrumentos de defesa da propriedade privada dos meios de produção. Reclama da “violência” do MST e da tolerância do governo Lula com os movimentos sociais. Conclui que não é possível admitir os retrocessos do “Estado de Direito e a leniência de algumas das principais autoridades do país com o crime”. Trata-se, portanto, de uma ordem para que a Justiça, os governantes e capitalistas sejam mais duros com o movimento dos sem-terra. Segundo a latifundiária, o MST viola os Direitos Humanos ao violar o direito de propriedade.

Como se vê, apóia-se na Declaração dos Direitos Humanos da ONU que garante que o direito de propriedade é inviolável. O direito dos latifundiários expulsarem os camponeses de seu pequeno pedaço de terra, jogá-los no desemprego e empurrá-los para a miséria está de acordo com os Direitos Humanos.

A classe operária, os camponeses, os sem-terra e a juven-

próprios para julgar e punir os crimes de classe da burguesia. Esses são os Tribunais Populares, que são instrumentos das massas, independentes da burguesia e de seus governos e instituições.

Pelo atendimento das reivindicações

Está claro que os governos e as instituições da burguesia jamais entregarão as terras aos camponeses. A política de assentamentos em passo de tartaruga só serve para iludir a maioria e frear a ação coletiva. Por outro lado, os camponeses pobres têm pela frente os capitalistas e seus governos e instituições a enfrentar. Por mais que se mobilizem, é preciso mais força para derrotar definitivamente seus adversários. Dependem da unidade com os oprimidos das cidades, em particular com a classe operária. É preciso constituir a aliança operário-camponesa para que, num movimento unitário, ser capaz de derrotar os capitalistas do campo e da cidade, entregar as terras dos latifundiários aos camponeses, realizar a expropriação e coletivização da agroindústria e transformar profundamente a produção agrícola e pecuária, para colocá-la em benefício da maioria oprimida, isso será obra da revolução proletária, socialista. Sua realização depende dos movimentos conquistarem a independência política e organizativa da burguesia e de seus governos e organizações. Para isso, será necessário o partido revolucionário e seu programa, que é o instrumento que garante às massas sua independência política e ideológica.

tude oprimida devem ampliar a luta contra a criminalização do MST e dos movimentos sociais em geral. Aprovar nas assembleias sindicais e populares o apoio às ocupações de terra e a condenação dos latifundiários, assassinos dos camponeses pobres. Rejeitar a CPI dos grileiros e ruralistas, orquestrada pela CNA de Kátia Abreu, e trabalhar para pôr em pé os verdadeiros organismos capazes de punir os crimes de classe, que são os Tribunais Populares.

Quem são os violentos?

No ano de 2009, segundo os dados de janeiro a novembro de 2009 divulgados pela Comissão Pastoral da Terra, os conflitos entre camponeses e os latifundiários resultaram:

Em 2009, ocorreu 1 assassinato a cada 36,5 conflitos; enquanto que em 2008, havia 1 a cada 47;

Em 2009, foram 52 tentativas de assassinato contra 36, em 2008;

Em 2009, foram presos 154 e 20 sem-terra torturados; em 2008, 152 e 3, respectivamente;

Cresceu a ação dos pistoleiros, atingindo 6.370 sem-terra. Aumentou para 994 o número de roças destruídas pelos jagunços pagos pelos latifundiários. Foram 9.226 famílias despejadas pela Justiça/polícia.

Os dados indicam que a região Sudeste foi onde mais se ampliou a violência contra os trabalhadores sem-terra. Quase dobraram as ocupações de terra, de 56 para 95. As prisões passaram de 3 para 42. Cresceu o número de assassinatos, de

ameaças de morte e de despejos a mando das milícias dos latifundiários. No estado de São Paulo, a concentração de terras, a grilagem de milhares de hectares no Pontal do Paranapanema e Iaras permanecem sendo fonte de conflitos permanentes.

Mas a violência latifundiária se espalhou por todo o país. No Nordeste, aumentou a quantidade de sem-terra presos (de 8 para 49), torturados (39 para 89) e o número de famílias despejadas (de 1.638 para 3.830). A região Norte continua sendo a mais violenta em assassinatos e torturas de camponeses. O Sul foi o local que mais se torturou, dos 20 casos no país, 14 são dessa região. No Centro-Oeste, ampliaram os percentuais de assassinatos, torturas, famílias despejadas e ameaças de morte.

Como e vê, a brutalidade dos latifundiários se expressou por todos os lados do Brasil. Certamente, os números podem ser maiores do que os apresentados em função das dificuldades de coletar as informações.

Ocupações e assentamentos

O movimento dos sem-terra não conseguiu ampliar as ocupações, nesses dois últimos anos, 232 em 2008 e 231 em 2009. O governo diz que assentou, em 2009, 55.498 famílias, quando sua meta era de 75 mil. São 200 mil famílias à espera dos assentamentos. Nos sete anos, Lula afirma ter assentado 574,6 mil famílias. Os assentamentos (67%, ou 387 mil famílias) foram na Amazônia Legal.

A “reforma agrária” de Lula se resumiu nos mirrados assentamentos em terras públicas, como parte da política assistencialista. Não moveu uma palha contra a estrutura concentracionista da terra, não enfrentou a violência do latifundiário, fez vistas grossas aos assassinatos e torturas e priorizou o agronegócio, que se espalhou por meio de empresas multinacionais que controlam desde a produção de sementes até as exportações.

Por outro lado, as direções do movimento sem-terra não puderam enfrentar a política de Lula, usando os métodos da ocupação e da resistência, para conter a ação dos despejos. O apoio eleitoral a Lula e os compromissos assistencialistas assumidos são obstáculos à independência política e organizativa dos sem-terra.

Aliança Operária e Camponesa

A violência reacionária dos latifundiários contra o movimento dos sem-terra tende a crescer. O aumento da concentração de terras e da expulsão dos camponeses são fontes de conflitos cada vez mais agudos. A violência da burguesia é reacionária porque expres-

sa a defesa da propriedade privada nas mãos de uma minoria e a decomposição do sistema capitalista de produção. Para proteger seus negócios e o sistema que apodrece, está obrigada a golpear a maioria explorada e, em particular, os camponeses e os sem-terra.

A resposta à violência dos latifundiários e do Estado está na capacidade de pôr em pé a unidade operária e camponesa. Trata-se da aliança de classe para enfrentar a violência reacionária da burguesia e de seu Estado. O proletariado como direção dessa aliança fortalecerá a luta pela realização das tarefas democráticas, entre elas a questão da terra. É parte desse combate a constituição dos comitês de autodefesa armados para resistir à ofensiva dos jagunços, das milícias latifundiárias e da polícia. E a formação dos Tribunais Populares, como organismos destinados a julgar e punir os crimes da burguesia.

A aliança operária e camponesa potencializará as ocupações de terra e os métodos da ação direta para impor as reivindicações do movimento dos sem-terra.

Defesa do Partido Operário Revolucionário

1. Luta contra a criminalização dos movimentos sociais. Punição aos latifundiários por meio dos Tribunais Populares. Fim das leis repressivas contra os trabalhadores. Atendimento imediato de todas as reivindicações dos camponeses, operários e explorados em geral;

2. A revolução agrária para derrotar a burguesia latifundiária, expropriar, sem indenização, a grande propriedade e nacionalizar as terras expropriadas;

3. A revolução agrária se assenta na aliança operária e camponesa, sob a direção e programa do proletariado;

4. Somente por meio da expropriação será possível dar aos camponeses acesso à terra;

5. A expropriação dos latifundiários depende da conquista do poder pelo proletariado, apoiado na maioria oprimida;

6. O objetivo estratégico do proletariado é o de dirigir a maioria nacional para a tomada do poder e a instauração do governo operário e camponês, que assume a forma de ditadura do proletariado;

7. Somente com a derrota geral da burguesia poderá se realizar as tarefas democráticas pendentes, entre elas a reforma agrária.

8. O proletariado como direção do processo de realização das tarefas democráticas desenvolve a estratégia da unidade mundial dos explorados para destruir o poder internacional da burguesia.

NÃO à criminalização dos movimentos!

Pela imediata libertação dos sem-terra presos!

Fim dos assassinatos! Punição aos assassinos!

Entrega das terras aos camponeses!

Aliança Operário-Camponesa! Revolução Agrária!

POR Partido Operário Revolucionário

4 MASSAS

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Direitos Humanos, para os opressores

O general Maynard Marques de Santa Rosa, chefe do Departamento-Geral do Pessoal do Exército, foi exonerado após declarar que a “Comissão da Verdade” seria uma comissão de calúnia e formada por um grupo de fanáticos. O governo Lula enfrenta uma crise ao redor da tentativa do Secretário de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, em criar uma comissão da verdade ao redor dos desaparecimentos, tortura e assassinatos ocorridos durante a ditadura militar no Brasil. O projeto relacionado aos Direitos Humanos do governo ainda traz outros focos de crise, tais como a legalização parcial do aborto, criticada pela Igreja, limitação do tamanho de áreas agrícolas, criticada pelo agronegócio, e um mecanismo de negociação com os ocupantes de terra antes de se realizar o despejo pela força policial.

Mas tem chamado maior atenção a questão da investigação da repressão militar aos grupos de esquerda durante a ditadura militar. Os comandantes militares, ao tomarem conhecimento do projeto, imediatamente ameaçaram de-



Maynard: exonerado no acordo que atendeu a tudo que exigiram a burguesia e os militares

missão coletiva, juntamente ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim. A burguesia, através dos meios de comunicação, da imprensa e de seus parlamentares, criticou o projeto por reabrir polêmica que tinha sido anulada pela lei da anistia.

O governo Lula passou a se preocupar com as possíveis repercussões eleitorais das propostas e da crise com os militares.

O governo cedeu às pressões. Chegou a um acordo com as lideranças militares: de um lado, foram retiradas do textos todas as expressões de crítica à

ditadura e suas ações (por exemplo, não aparece mais a expressão “repressão política”). E se suprimiu qualquer possibilidade de se interpretar como questionamento da Lei da Anistia e abertura de processo contra os torturadores, assassinos e ocultadores de cadáveres. De outro, o general que achincalhou a comissão é exonerado. No final, as propostas que serão levadas ao Congresso para votação já irão sem nenhuma possibilidade de efetiva averiguação dos crimes dos milicos.

O fato mostra como o governo Lula é servil à burguesia e seu aparato ditatorial, as forças armadas. Sequer serão investigados os crimes da ditadura militar. Mais do que anistiados, garantem com isso que mesmo hoje estão plenamente aptos a intervir com sua repressão. Os capitalistas e seus governos preservam os criminosos que servem por sua vez à preservação da opressão de classe.

As massas oprimidas é poderão julgar e punir os crimes de classe da burguesia e de seus capangas com os Tribunais Populares.

E os direitos humanos?

(Extraído do Jornal Massas nº2160, Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

É incorreto falar dos direitos humanos em abstrato, isso quando a sociedade continua dividida em classes antagônicas. Observamos todos os dias que a vigência desses direitos em favor da classe dominante está invariavelmente acompanhada de sua negação quando se trata da maioria explorada. Na sociedade capitalista, os direitos humanos são também um privilégio e patrimônio dos donos do poder econômico...

Bolívia é um País capitalista atrasado, semicolonial, cujo Estado atual perdeu sua soberania e onde a maioria, isto é, as nações-classes, aymara, quéchua etc., são exploradas e oprimidas por uma minoria burguesa que serve ao imperialismo.

A opressão nacional se intensifica numa brutal exploração dos setores majoritários. O capitalismo se baseia na exploração inseparável da opressão do homem pelo homem. Trata-se de uma descomunal máquina destinada a sugar a mais-valia do assalariado e a impor as

idéias e os interesses da burguesia.

A luta de classes (uma verdadeira guerra), parte integrante da realidade social, é já violenta e constitui o motor da transformação da sociedade, de sua superação; seria absurdo renegá-la ou pretender desconhecê-la; pois a violência revolucionária é progressista (a diferença da exercitada pela burguesia que é bárbara), o critério maniqueísta que desemboca no repúdio da violência em geral é falso e reacionário, em que pese o seu verniz moralizante. A violência da classe dominante é reacionária e conservadora: utiliza a repressão e o assassinato para reservar a grande propriedade privada burguesa, o aparato estatal e o ordenamento jurídico, enfim, para perpetuar a exploração, que é também violenta.

A violência dos explorados é revolucionária e supõe não somente a luta pela libertação, que significa o uso da ação direta das massas contra a ordem social estabelecida e seu Estado, que é a vio-

lência organizada, mas também a subversão ideológica, o desconhecimento da lei da Constituição. O que inicia com a grande polêmica de idéias termina encarnando-se na linguagem das armas. Nessa realidade, que é a realidade de nossos dias, há muito pouco espaço para a vigência plena e universal dos direitos humanos.

O capital financeiro, a medula do imperialismo (nação opressora), é uma força expansiva (como economia capitalista mundial) e conduz invariavelmente a exploração econômica e à opressão política; ali onde toca, coloniza os supostos Estados soberanos (nações oprimidas). O imperialismo é sinônimo de crises econômicas cíclicas de fome, de desemprego massivo, de massacres, de prostituição etc.: é um enorme círculo construído de violência e de conflito sem cessar e desprovido dos direitos humanos. O capitalismo é destruição do homem e da natureza. Em resumo: a opressão imperialista é violência e adquire formas de

barbárie.

Como falar da existência e vigência de direitos humanos nessa sociedade que é luta de classes e, portanto, encarnação da violência? A burguesia nascente elaborou naquele momento uma série de direitos e garantias do homem e do cidadão, como síntese da armação ideológica que lhe permitiu destruir violentamente o feudalismo. Os pregadores de direitos e garantias humanas, que não tardaram em adquirir forma de lei nas Constituições, somente regeram em favor da classe dominante e não da maioria oprimida. Como pode haver a vigência dos direitos humanos em uma sociedade baseada na exploração e na

opressão, sinônimos da violência?...

A luta pela vigência dos direitos humanos, para adquirir algum sentido, deve estar baseada na luta pelo extinção das classes sociais, da exploração do homem pelo homem. Supõe-se que ninguém se atreverá a defender que os direitos humanos podem coexistir junto à opressão e à exploração.

A Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas (cova dos bandidos de nossa época, parafraseando Lênin), sob o capitalismo, não é mais do que isso: uma simples declaração que está muito longe de se materializar. A ditadura do proletariado efetivará os direitos humanos em favor da maioria na-

cional, agora pisoteada, mas privará do benefício das garantias democráticas às subserviências burguesas...

Todo esse mecanismo da "democracia" burguesa vai triturando os direitos humanos consagrados nos papéis. O capitalismo mantém na mais odiosa desigualdade e opressão o proletariado e a massa camponesa; funciona como uma enorme fábrica de opinião pública que termina coisificando o homem e fazendo-o perder sua capacidade de discernimento etc.

(Guilherme Lora, 1969, extraído de "Resposta à Assembléia Permanente dos Direitos Humanos").

Publicamos o balanço político do movimento dos alagados de São Paulo Manifestação mostra o caminho da luta popular

Os setores ligados aos bairros que estavam nas reuniões de organização do ato centralizado se empenharam em levar os alagados à prefeitura, no dia 8\2. A manifestação contou com mais de 500 pessoas, levando faixas com as bandeiras do movimento por moradia.

O POR- Corrente Proletária na Moradia, levantou cartazes com as bandeiras: não ao bolsa aluguel; Serra/Kassab assassinos; Unificar os movimentos para ocupar e conquistar a moradia.

O movimento levou cobra, ratos e móveis estragados para mostrar o resultado das enchentes e das doenças, que se alastram nos bairros. A manifestação ocupou o espaço em volta da prefeitura. A Polícia Civil quis manter um cordão de isolamento. Não conseguiu. Lançou mão da repressão. Atacou os manifestantes com gás pimenta e cacetadas. O movimento não recuou. Reagiu com fúria e exigiu a presença do prefeito.

Depois de alguns minutos de confronto, veio o comunicado de que poderia subir uma comissão do movimento formada por 5 pessoas. Esperavam que fossem apenas os parlamentares, pois é mais fácil conversar e enrolar, como ocorre com as delongas da Câmara de Vereadores e da Assembléia Legislativa. Mas, não foi fácil para as lideranças do bairro controlarem o movimento e fazerem a seleção. Tanto que subiram 20 pessoas, além dos 6 parlamentares.

Na hora da reunião, apareceu um assessor de Kassab, o Malufinho, para receber a pauta de reivindicações do movimento. A comissão percebeu que estava diante de mais enrolação. De repente, apareceu Suplicy, trazendo uma proposta discutida com Kassab, que estava com ele horas antes numa inauguração do Parque da Juventude. Propôs um novo dia de negociação, no começo do Carnaval. Diante disso, só restava à Comissão acatar e se retirar. Se Suplicy estava com Kassab, por que só Suplicy voltou à prefeitura? Porque o petista se colocou como mensageiro ou interlocutor de Kassab. A proposta de negociar num outro dia serviria para iludir os moradores de que estava aberto um canal de negociação. A manobra serviu para aliviar as tensões do movimento. Deu uma trégua a Kassab, que nos 60 dias de enchentes foi alvo de críticas da população



por apresentar propostas absurdas aos alagados.

Além de Suplicy, estavam presentes dois vereadores e três deputados petistas, que têm vínculo com a região. Vieram outros deputados, um do PSOL e outro do PCdoB. A Conlutas enviou um representante, pois a corrente MULP/Terra Livre faz parte dela e também atua na região. Participou também o PCR/MLB, que atua no movimento por moradia, na região do Pantanal. O POR participou desde a ocupação da escola na Chácara Três Meninas. Divulgou a luta no movimento sindical. Fez a convocação a todas as organizações de massas que cumprissem a obrigação de se incorporar à luta. Ajudou a organizar o movimento nos bairros. Mobilizou moradores de vários bairros e participou da comissão de negociação.

A Comissão de negociação

Dois dias depois, foi feita uma reunião da Comissão para avaliar o movimento. Além da Comissão, compareceram muitos moradores. Todas as correntes fizeram a avaliação positiva do movimento. Por ele ter conseguido se projetar na população pobre de São Paulo e fazer a denúncia da catástrofe social na imprensa, bem como mostrar os problemas das regiões afetadas pelas enchentes e a repressão da prefeitura. Avaliou-se a

necessidade da unidade dos movimentos para enfrentar o governo. Existiram comentários pacifistas criticando a reação do movimento. Mas foram ignorados.

A discussão principal girou em torno de como o movimento retornaria à prefeitura. Se o movimento convocaria amplamente os bairros ou se iria apenas a Comissão.

A Corrente Proletária da Moradia foi taxativa na defesa da mobilização coletiva. Criticou a ida isolada da comissão como uma forma de tirar o poder de decisão da maioria e esvaziar a luta. Um sério obstáculo que é a falta de recursos para a mobilização foi levantado. A solução viria da arrecadação junto à classe operária e à população. Na emergência, que se exigisse que os parlamentares contribuíssem sem nenhum condicionamento, uma vez que por detrás do dinheiro vem a política dos exploradores e os compromissos políticos eleitorais. As outras correntes eleitoreiras queriam apenas a comissão. Apareceu uma terceira proposta, cedendo a influência parlamentar e igrejeira: que deveria ir a Comissão e quem quisesse. Prevaleceu a proposta de ir a comissão e quem quisesse. Após o recuo do movimento, apareceram mais propostas distracionistas. “Que a comissão fizesse um protesto silencioso, com as bocas tapadas”. No fundo foi uma proposta que cedeu às pressões do prefeito e dos parlamentares. .

A segunda discussão foi quem deveria fazer parte da comissão. Muitos alegaram que tinha de ser gente que fala bonito, calmo etc. A Corrente se posicionou contra esse argumento e defendeu que a comissão fosse composta dos mais aguerridos e firmes lutadores. Inevitavelmente, foi colocada a participação dos parlamentares. A ilusão dos oprimidos e a presença de lideranças vinculadas à política eleitoral vieram à tona. Não havia, portanto, como expulsá-los. Era preciso desmascará-los. Diante da possibilidade dos politiqueiros controlarem a comissão, a saída foi exigir que apenas acompanhassem a comissão. Os eleitores insistiram que eles deveriam ser o principal canal. Um chegou a dizer: “como um alagado quer questionar um parlamentar?” Ganhou a proposta dos 26, contendo novos nomes de moradores de várias vilas: Novo Horizonte, V. Aymoré, Pantanal, V. Itaim, Jd Romano, Jd. Lapene, V. Paz, Vila Flores, Jd Santa Margarida, Chácara 3 meninas, V. Seabra, São mateus e Zona Sul. Infelizmente, deveriam ir sem o movimento e cederem suas vozes aos parlamentares.

A farsa da negociação com Kassab

No dia marcado da negociação, como era de se esperar, Kassab mandou um aviso de que poderia atender 5 representantes. Alegou falta de espaço físico. Só recebeu a comissão inteira dos 26 por conta do barulho de uma outra manifestação que chegou para protestar contra as 550 demissões no setor da Zoonose. A Comissão inicialmente estava fragilizada por conta da sua orientação de ficar no silêncio. Alguns setores chegaram a propor a redução do número de elementos. Mas a comissão se sentiu fortalecida pelo outro movimento e conseguiu impor a entrada de todos. Só a Corrente Proletária não acatou o protesto silencioso. Levou cartazes, manifesto e incrementou a manifestação dos demitidos da Zoonose enquanto havia negociação.

Kassab enrolou por mais de cinco horas a Comissão. De cara todos viram a demagogia em torno da fala de falta de espaço, pois foram recebidos num auditório, que comporta 500

lugares. Kassab pressionou para que o movimento se restringisse ao mínimo da Comissão. Necessitava acalmar os alagados. Não pensou duas vezes em utilizar os parlamentares da oposição (PT/PCdoB) e seus assessores. Inicialmente, tentou dividir o movimento, dizendo que a reunião era para discutir os problemas da várzea. Que os representantes de São Mateus e da Zona Sul precisariam marcar outras reuniões. A maioria se mostrou corporativista como se o problema fosse apenas no Pantanal e, mais uma vez, quase caiu na conversa de Kassab.

Na reunião, estavam presentes os secretários da Saúde, da Educação, da Habitação e o subprefeito de São Miguel. Eles procuraram passar a imagem de democráticos, de ouvintes das reivindicações. Kassab chegou ao ponto de dizer que tinha todo o tempo do mundo para os “alagados”. Na realidade, essa imagem falsa de democrático, só existiu porque eles precisavam acobertar o papel repressivo da prefeitura e continuar enrolando os alagados. A prefeitura não tinha nada a oferecer, além do miserável bolsa aluguel. O conflito já estava amortecido. Não foi difícil fazer com que as lideranças ouvissem as explicações estúpidas que giravam em torno “do orçamento que está enxuto e que ele está fazendo de tudo de acordo com as possibilidades”. O lobo, travestido de cordeiro, pediu paciência ao movimento. E conseguiu. Dirigiu a reunião, colocando ordem nas falas. Seus secretários expuseram longamente seus planos absurdos, que nada diferiam do que ele vinha fazendo nesses 60 dias de enchentes. Só faltou chamar os membros da Comissão de “companheiros”. O secretário da Saúde começou mostrando dados estatísticos que não conferem com a realidade vivida pelos alagados. Teve a ousadia de dizer que não tem casos registrados de mortes no Pantanal. Um morador retrucou dizendo que existem sim mortos e doentes. O 1º garoto morreu porque foi para o AMA, que não tem médicos. Aproveitando o secretário se mostrou todo atencioso dizendo que manteria os AMAs abertos aos sábados e domingos, para atendimento da população. Ele sabe que têm inúmeros casos que estão se proliferando e que só isso não basta.

O Secretário da Educação solicitou a saída das famílias da escola EMEF Flavio Augusto Rosa na V. Itaim. Alegou que as aulas no município já iniciaram e que existem 2.500 alunos esperando para estudar. Um morador retrucou que existem centenas de famílias sem casa, portanto que arranjem as casas e eles sairão das escolas. O secretário da Habitação disse que fará novos prédios nos bairros próximos. Cada apartamento custará, inicialmente, R\$ 50,00 /mês. No fundo, ele mostrou a proposta de habitação do governo federal de “Minha Casa é Minha Vida”. Uma moradora questionou que, além de perder sua casa, terá de pagar outra? Quem tem de pagar pelos danos é o governo e não ela. Ele insistiu na defesa dessa proposta provocadora. Os governos sabem que os moradores não têm absolutamente nada.

Ao final, o hipócrita do Kassab tentou mostrar que não sabia dos dados alarmantes da vida dos alagados, e agradeceu a comissão por tê-los apresentado. Incorporou a Comissão de negociação, falando que a legitimará em jornal, no DO do município, e que a manterá como canal aberto para negociações. Essa fala mostrou bem como os governantes da burguesia necessitam controlar os movimentos por meio de suas cúpulas e lideranças.

Estiveram presentes também 2 vereadores que são da região, vários deputados estaduais e o senador Suplicy. Adriano Diogo teve

a ousadia de dizer: “Kassab, faça seu papel, não se deixe responsabilizar pelos problemas de Serra e sua administração/Sabesp”. Vejam o jogo eleitoral desses parlamentares. Paulo Teixeira, é mais embaçado. Por ser engenheiro, sabe tudo da situação da várzea. Foi secretário no governo Marta, mas também não conseguiu fazer nada para os trabalhadores, além de planos e mais planos que ficaram rodando pelos bastidores das Câmaras de Vereadores e da ASLE. Quer regularizar as áreas ditas “de risco”. Os projetos não vão para frente porque se chocam com os empresários. E o PT não quer enfrentá-los, pois os tem como aliados.

Kassab, finalizou trazendo a representante da PM para pedir “desculpas” pelo excesso e servir até cafezinhos.

Construir uma política de classe no movimento popular

Após esse encontro, Kassab foi ao bairro no carnaval acompanhar a limpeza que prometeu. Foi vaiado por moradores que não aceitaram as esmolas. A bandeira de “Casa por outra Casa” novamente não foi atendida. O movimento foi bloqueado e voltou à estaca zero. A comissão retornará à subprefeitura de S. Miguel com a mesma lista de reivindicações.

Na reunião de balanço do movimento, as lideranças da Comissão estavam perdidas. A disputa aparelhista entre os líderes de bairro, com ameaças de agressões, foi a demonstração da fraqueza nesse estágio da luta.

A ausência de uma política de classe no movimento fez com que a reunião se transformasse em ataques individuais. As pessoas impacientes se destratavam, se dividiam, pois não havia nada de concreto a mostrar para os moradores.

O fim das enchentes, a descida das águas, também são elementos que ajudaram a recuar temporariamente o movimen-

to. O que mostra o imediatismo desse tipo de luta popular. A construção de comitês independentes e a presença da política revolucionária são necessários para superar a dispersão, os interesses imediatos e o atraso da consciência de classe.

Por outro lado, Serra avança na investida da retirada dos moradores. Apresentou uma ajuda de R\$ 1.000,00, como indenização. Muitas famílias estão retirando o “cheque aluguel”, por falta de opção. O problema é que quando voltarem às suas casas elas já estarão destruídas. Os empresários estão pressionando Serra/Kassab para fazer o Parque Linear. Kassab precisa retirar as famílias de lá custe o que custar. Por isso, acabou de assinar um convênio com a Polícia Civil para “acompanhar” a região do Pantanal.

O povo quer seus móveis. Quer urbanização dos bairros. Quer casa por outra casa.

Cabe às correntes políticas mudarem o rumo da luta. Os protestos são necessários. De nada adiantará fazerem uma lista de imóveis e terrenos vazios nos bairros para apresentar ao subprefeito, se o movimento não estiver em luta. A luta não pode ficar restrito às discussões na Comissão com o subprefeito. Significará o seu fim e a vitória do governo.

Ao contrário, é preciso reorganizar o movimento e unificá-lo em torno da bandeira da ocupação dos imóveis vazios e resistir. O POR tem insistido nisso, pois o movimento carece de uma política de classe, de independência dos partidos burgueses. As lideranças assimilam facilmente as pressões da burguesia e de seus partidos.

O caminho para a vitória depende da capacidade do movimento de se unir e avançar na ocupação e no enfrentamento à repressão que está chegando nos bairros. Para isso, é necessário levar a luta dos bairros para as fábricas.

Podridão campeia solta

O mensalão do DEM veio à tona com a divulgação das gravações de propinas comandadas pelo governador e presidente do Diretório do Distrito Federal, José Roberto Arruda. O Supremo Tribunal Federal não pôde acobertar tamanho escândalo e decretou a prisão de Arruda, juntamente com seus comparsas, Geraldo Naves, Wellington Moraes, Rodrigo Arantes, Haroldo Carvalho e Antônio Bento. O DEM, que está aliado ao PSDB na oposição ao governo Lula, correu para limpar a sujeira que emergiu do partido. Exigiu a saída de Arruda por partido, a intervenção do Diretório e aceitou a prisão de seu único governador.

Diante do acontecido, Lula fez exigências à Polícia Federal. Pediu cautela no ato da prisão e que não houvesse exposição do governador corrupto. O diretor da Polícia Federal disse que Arruda foi preso “com dignidade que todo preso merece”. Que vergonha PT! A exigência de Lula revela o quanto o PT e seu governo está no lamaçal da corrupção.

O vice-governador, Paulo Octávio, assumiu o posto de Arruda. Piorou a situação para o DEM, porque Paulo Octávio é tão podre quanto Arruda. Nem bem sentou na cadeira, veio à tona a corrupção, seu passado de enriquecimento ilícito e de envolvimento com a máfia de Paulo César Faria, articulador das propinas do governo Collor de Melo. Corre, novamente, o DEM para limpar o lodo do partido. Exige a renúncia de Paulo Octávio e o ameaça de expulsão. Tudo não passa cena!

Lula recebeu Paulo Octávio, mas não podia segurar a crian-

ça, deixando-a cair com a água do banho. Paulo Octávio insistiu em permanecer no governo, acreditando em algum apoio à sua governabilidade. Como ninguém podia mais se comprometer, restou a renúncia.

A crise política, que tomou conta do Distrito Federal, e a exposição das falcaturas do DEM indicam o grau da politização burguesa e a podridão dos partidos eleitorais. Do PT ao PSDB, todos os partidos oficiais sobrevivem do mensalão e dos favorecimentos que são pagos por meio de propinas. As prisões e as renúncias, logo mais, se transformarão em letras-mortas e, os politiquinhos retomam o curso da ladroagem. Foi o que ocorreu com Collor e outros tantos.

A trajetória do PT para chegar ao poder do Estado percorreu e continuará percorrendo as mesmas rotas dos partidos burgueses. O mensalão que envolveu a cúpula de PT, José Dirceu, Delúbio Soares e outros, não é senão o mesmo do PSDB de Eduardo Azeredo e do DEM de Arruda e comparsas. Por isso, não há como os organismos do Estado e seus representantes punirem os corruptos sendo parte da corrupção.

Os revolucionários têm o dever de desmascarar os corruptos e chamar os explorados a rejeitarem a farsa do Estado democrático e de direito, que nada mais é do que a ditadura de classe da burguesia contra a maioria oprimida. Cabe, também, combater a burocracia sindical vendida que apóia o governo e submete os organismos dos trabalhadores à politicagem dos corruptos.

Superar o divisionismo para conquistar as reivindicações

Serra golpeou o magistério. Aproveitou o imobilismo imposto pela burocracia da Apeoesp e dividiu o professorado em várias categorias. Precarizou os contratos de trabalho, usou os eventuais para impedir que as escolas paralisassem, deu o título de gestor para o diretor assumir repressivamente o comando da escola, armou um corpo de coordenadores para ser porta-voz da pedagogia estatal, ditou o conteúdo das aulas por meio das cartilhas e determinou o reajuste salarial mediante a “prova por mérito”. Os resultados só podem ser a fragmentação dos professores, a concorrência, o individualismo e a pouca participação nas assembleias e em outras ações sindicais.

A política da direção da Apeoesp não foi a de organizar o enfrentamento às medidas truculentas de Serra. Perdeu um momento preciso para sair na ofensiva, que foi o período que antecedeu a atribuição de aulas. A bandeira de não iniciar o ano letivo, aprovada na assembleia, não foi cumprida. Esperou que uma boa parcela arrumasse aulas/classes para convocar a assembleia com indicativo de greve. Agora, ganhá-la para a greve não vai ser uma tarefa fácil.

Por outro lado, não há o que fazer. Serra não cede às reivindicações e a direção do sindicato, sem a mobilização dos professores, não é ouvida. As condições objetivas para a greve estão mais do que presentes. A luta grevista deveria ter começado logo que governo anunciou as medidas. A reivindicação salarial e a derrubada do plano do governo são uma única bandeira

Política da legalidade jurídica

Estamos vivendo uma tormenta. Não há aulas para todos os professores. As atribuições nas diretorias de ensino foram humilhação. O governo jogou no lixo o trabalho de milhares de professores. A imposição do instrumento de seleção (prova) para a contratação de professores temporários demitiu e subempregou. O objetivo é claro: cortar gastos com a educação por meio da redução do número de professores e da substituição dos mais velhos pelos mais novos. É a lógica do capitalismo: o patrão demite o velho e contrata o novo com salário mais baixo.

Depois de algumas assembleias realizadas em dezembro, janeiro e fevereiro, no período de férias, a diretoria da Apeoesp se enveredou pela via da Justiça. Liminar, recurso de professores e mandado de segurança foram usados na tentativa de amenizar os efeitos trágicos da atribuição de aulas. Serra nem se importou com a decisão do juiz em favor do sindicato. Manteve o descalabro, o que levou a burocracia sindical a se indignar para alimentar uma onda de lamentos e indignações em meio aos professores.

O grave da situação foi o fato de setores de oposição se sujeitarem à política de recursos da burocracia, ao ponto de se dispor a ir à delegacia de polícia para fazer boletim de ocorrência contra a atitude do governo de não acatar a decisão da Justiça.

A Corrente Proletária não partilhou dessas ações por entender que a Justiça ou qualquer órgão do Estado servem aos interesses do governo e da classe que o administra. Circunstancialmente, um ou outro juiz pode dar sentença em favor dos trabalhadores, mas tem fôlego curto, porque logo em seguida está obrigado a retomar o objetivo de proteção dos interesses patronais. Foi o

que ocorreu com a Liminar: o juiz concedeu e o governo cassou.

A defesa da legalidade jurídica - quando a burocracia tinha feito corpo mole na convocação de assembleias para derrubar a prova dos Ofas, havia iludido uma parcela de professores de que o governo tinha concordado com a classificação e cantado “vitória da categoria” - mostra incompreensão do verdadeiro papel de uma direção sindical. A preparação para a greve e as ações de massa eram fundamentais para desbancar a lei de Serra que instituiu a prova. Mas nada disso foi feito. Depois de tudo acabado, só restou correr atrás da Justiça. Esse era o caminho da derrota.

Agora, a direção convoca os professores para a greve. Esse instrumento de luta é o único capaz de defender as reivindicações e a educação pública. Mas é preciso que os professores tenham confiança na luta. O que exige um balanço dos erros a direção do sindicato.

Fazer valer a democracia sindical

Não é bom iniciar uma greve apoiando-se nos erros do passado. A experiência tem mostrado que o comando de greve e a comissão de negociação são dos elementos fundamentais. A burocracia da Apeoesp se apegava no estatuto do sindicato para combater a proposta de eleição nas assembleias do comando de greve e da comissão de negociação.

O Conselho de Representantes, o tradicional comando de greve, foi eleito para outro fim. No momento da greve, parte de seus componentes sequer faz a greve. As denúncias sobre os fura-greve do Conselho de Representantes têm sido constantes. Como também a de que conselheiros fizeram a “prova por mérito”, desrespeitando a decisão de assembleia, que era o boicote. Um comando de greve e uma comissão devem ser formados pelos melhores combatentes, os mais aguerridos e seus mandatos estão submetidos à assembleia, que pode revogá-los. O comando de greve e a comissão de negociação são expressões das bases em luta. Enquanto a burocracia está atada ao aparato e à política de convivência com o Estado e seu governo.

No dia 5, os professores devem dar um passo na democracia sindical e aprovar o comando e a comissão de negociação de base.

Propostas da Corrente Proletária

1. derrubar as provas dos Ofas e por mérito;
2. reajuste salarial para repor as perdas. Nenhum professor ganhando menos que o piso equivalente ao salário mínimo vital, R\$3.500,00;
3. estabilidade a todos os professores;
4. aplicação da escala móvel das horas de trabalho;
5. rejeitar o controle ideológico imposto pelas cartilhas de Serra;
6. diminuição do número de alunos por sala, abertura de escolas, turnos e salas fechadas;
7. acesso a todos os jovens aos estudos e ao trabalho. Nenhum jovem fora da escola e do trabalho (4 horas na produção e o restante para os estudos);
8. defesa da escola única, pública, gratuita em todos níveis e vinculada à produção social

Publicamos abaixo trecho do boletim da Corrente Proletária na Educação dos Municipais de São Paulo

A farsa do Plano Municipal de Educação e as negociatas inócuas

O governo impôs às escolas a discussão do Plano Municipal de Educação. Quer posar de democrático! A ladainha mascarada de discussão se estenderá aos trabalhadores da educação e aos pais. Quer fazer crer que o Plano será uma obra coletiva de todos. Falso! Quer ganhar tempo, enrolando todo mundo, pois o Plano já está pronto há anos e serve unicamente aos interesses do governo, dos empresários, das Ongs e da burocracia sindical. Quem não se lembra da farsa montada pelo governo Marta/PT em torno da gestão participativa?.

Lutar por direitos significa ter independência em relação aos governos

A tarefa é aproveitar a situação para lançar uma ofensiva unitária contra o pacote de Kassab. Organizar os pais e alunos para exigir a abertura de escolas e salas fechadas, contratação imediata de professores, fim dos serviços terceirizados e das parcerias, estabilidade a todos, salário mínimo vital e escala móvel das horas de trabalho.

Nossas Propostas

A Corrente Proletária na Educação se colocou no congresso pela rejeição do PME do governo e da burocracia do sindicato. Defendeu as reivindicações e métodos de luta dos trabalhadores. Entre elas:

1. educação pública, estatal, laica em todos os níveis para os filhos dos trabalhadores e demais explorados. Estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle de quem trabalha e estuda;
2. fim das creches conveniadas e indiretas. Que a prefeitura assuma todas as creches e que o controle seja exercido pelos trabalhadores e pais;
3. abertura de todas as salas de Eja, fechadas por determinação de Kassab. Direito aos estudos aos jovens e aos adultos. Fim das escolas-pólos de Eja;
4. contrato imediato de todos os trabalhadores terceirizados e estabilidade;
5. fim das parcerias com as Ongs e outras sangue-sugas do dinheiro público;

Trabalhadores de educação de Rondônia

Assembleia para aprovar um Plano de Lutas

Companheiros, terminamos o ano letivo de 2009 com muitos descontentamentos. Um deles foi o golpe da implantação do Plano de Carreira, que rebaixou os salários. O outro foi a omissão do sindicato, que sequer fez uma assembleia para esclarecer os problemas de rebaixamento de salários.

Iniciamos o ano letivo com os velhos problemas da educação: salários arrochados, que não atendem às nos-

sas necessidades; defasagem salarial de aproximadamente 20 anos; falta de professores nas escolas; salas superlotadas; jornada estressante; doenças ocupacionais com mortes prematuras de professores e funcionários das escolas.

Precisamos confiar na força da nossa organização e nunca esperar que a direção da entidade decida sozinha a nossa existência. É vital a nossa unidade em defesa das condições de vida e da edu-

6. reajuste imediato de salário. Reposição das perdas e fim da farsa do bônus. Que nenhum trabalhador ganhe menos que o salário mínimo vital, que em nossos cálculos deve ser de R\$3.500,00;
7. defesa da vida da juventude por meio da vinculação dos estudos com o trabalho (4 horas na produção e o restante para os estudos e o lazer);
8. por uma escola única, estatal e vinculada à produção social

O método para conquistar é o da luta nas ruas

Os trabalhadores não devem cair no conto do vigário. A burocracia do sindicato alimenta ilusão de que é possível arrancar as reivindicações e conquistar um Plano Municipal de educação por meio das negociatas na Câmara de Vereadores e nas mesas com o governo. Falso! Daí só saem desgraças para nós.

As experiências demonstram que somente a ação direta, enfrentando o governo, é possível arrancar conquistas. Por isso, é preciso defender os métodos que são dos trabalhadores. Entre eles: as assembleias, as mobilizações de rua, a greve e outros que implicam a ação coletiva.

Mais denúncias contra Kassab – Só os trabalhadores poderão julgar e punir de fato os corruptos

Kassab está atolado na corrupção. A Justiça determinou a sua cassação por receber doações na campanha de 2008. Trata-se da mesma história do mensalão e outras falcaturas dos politiquinhos.

Os trabalhadores não devem confiar nos atos da Justiça. Daí não virá punição aos corruptos, pois a Justiça está a serviço da classe exploradora do povo, dos ladrões de colarinho branco. Nós trabalhadores sabemos da corrupção da burguesia e de seus governos. Por isso, defendemos a formação dos tribunais populares, instrumentos dos assalariados que de fato julgará e punirá os corruptos.

cação pública.

Esse foi o chamado do Boletim da Corrente Proletária dirigida à assembleia do dia 18 de fevereiro.

Como agem os burocratas

Na assembleia, a burocracia abriu com o ponto “informes”. Inscreveram-se inúmeros membros da diretoria, parlamentares do PT e o advogado do Sinterro. São informes intermináveis que ser-

vem unicamente para distrair a atenção dos trabalhadores. Todos os informes comungam com o mesmo objetivo: chamar os presentes a confiarem nos políticos e nos candidatos para as eleições a governo do estado e para a presidência da República. Assim, quando chega-se aos pontos centrais da assembleia, esta já se encontra esvaziada. Esse truque da pelegada é velho.

A ausência de um movimento de oposição no seio da classe facilita as manobras dos burocratas sindicais. A Corrente Proletária trabalha no sentido

de organizar os trabalhadores da educação, defendendo as reivindicações mais sentidas da classe, o método da ação direta e o combate à burocracia sindical.

Por uma verdadeira assembleia

Os trabalhadores da educação devem exigir a convocação de uma real assembleia, amplamente divulgada nas escolas, para que possa votar a rejeição ao Plano de Carreira imposto pelo governo e aprovar um Plano de reivindicações. Entre elas:

1. Que o piso salarial não seja inferior ao salário mínimo vital, calculado pela assembleia;
2. Reajuste salarial para repor as volumosas perdas
3. Fim da política de bônus;
4. Redução da jornada por meio da escala móvel das horas de trabalho
5. Redução do número de alunos por sala, no máximo 25 alunos;
6. Defesa da escola pública, gratuita em todos os níveis para os filhos dos trabalhadores e vinculada à produção social.

Professores de Salvador/BA em greve

Os professores da rede municipal de ensino de Salvador, Bahia, estão em greve há 17 dias contra a prefeitura municipal da capital, sob administração do prefeito João Henrique (PMDB). Em 2009, os professores paralisaram as aulas durante 41 dias. Os servidores públicos municipais também fizeram movimento em 2009 em defesa de um plano de saúde para os servidores. A Prefeitura havia assumido a sua implantação em 90 dias. Entretanto, não cumpriu a promessa.

A greve atual foi iniciada no dia 09 de fevereiro. O governo de Henrique tem sido caracterizado pela satisfação dos interesses dos capitalistas e de ataque profundo às vidas das massas trabalhadoras e dos servidores públicos.

Não suportando mais as condições de trabalho, salário e de sucateamento das escolas municipais e da saúde pública, os professores decretaram a greve como o único caminho para alcançar a vitória de suas reivindicações.

Neste sentido, diante do colaboracionismo da direção do sindicato de professores (APLB), dirigido pelo PCdoB, a decisão da categoria se constituiu num claro sinal de que os professores encontram-se dispostos a lutar, embora a direção burocrática trave a luta constantemente. Os professores reivindicam a implantação imediata de assistência médica e realização de concurso público. No dia 22, houve um encontro entre a direção do movimento e a Secretaria

Municipal de Educação (Secult), em que foi tirado um cronograma para dar agilidade à implantação do plano de assistência médica para os servidores.

A prefeitura estava certa da volta às aulas logo depois do encontro, mas os professores se mantêm em greve. Mas no dia 23/02, os professores decidiram continuar a greve. Dessa forma, a prefeitura ameaçou suspender a implantação do plano, mas voltou logo atrás. Na próxima terça-feira, dia 02 de março, os professores se reunirão novamente para decidir sobre a continuidade ou fim da greve. Também o Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Salvador (Sindseps) chamou uma assembleia geral da categoria com indicativo de greve dos servidores municipais.

Defender a mulher com o programa do proletariado Viva a luta do proletariado mundial!

O capitalismo incorporou a mulher no processo de produção, desta forma abriu a possibilidade para sua independência econômica, um dos requisitos para que deixe de ser propriedade do homem ou mero instrumento de prazer. Porém, a discriminação contra as mulheres gerou muitas formas de desigualdades, a mais importante das quais é a diferença de remuneração para trabalho igual aos homens.

Ao longo da história, o crescimento das forças produtivas determina as mudanças na família. A família burguesa está baseada na total submissão da mulher ao homem em todos os aspectos, incluindo o sexual. Se o capitalismo incorporou a mulher no processo de produção, não con-

seguiu libertá-la do trabalho doméstico, que para ela se converte em uma forma de escravidão, apesar dos descomuns avanços da tecnologia.

Isso vem demonstrar que a emancipação da mulher é um fenômeno inseparável da transformação da atual família burguesa e que somente pode ser produto da nova sociedade sem classes. Presume-se que a verdadeira luta das mulheres pela sua emancipação as obriga a que se integrem no movimento revolucionário das classes oprimidas, quer dizer, subordinar suas reivindicações particulares à linha política assinalada pela classe operária.

Seria um erro as mulheres se isolarem do grosso das massas – que certamente

não são unicamente assalariadas –, para ter em conta apenas a posição do proletariado. A revolução que também emancipará as mulheres será feita pela nação oprimida, não unicamente pelo proletariado, ainda que este deva imprescindivelmente converter-se na direção política.

As organizações de mulheres estão chamadas a cumprir esta função específica: atuar como canais de mobilização das massas femininas até a revolução proletária. Isso nos permite compreender porque o programa de reivindicações das mulheres deve estar ligado à estratégia da ditadura do proletariado (revolução proletária, socialista).

(Extraído do manifesto do POR divulgado no 08/03/10)

Material do estudo realizado no Movimento dos Sem Teto em Porto Velho

Anotações para compreender o que é o capitalismo e suas mazelas

Desde o surgimento da humanidade, o homem tem se organizado de várias formas para adquirir os seus meios de sustento. A essa forma de se organizar dá-se o nome de modos de produção e em todos eles está presente o trabalho humano.

No primeiro modo de produção é inexistente a exploração do homem pelo homem, porque não existiam diferenças de classe, é o modo de produção do comunismo primitivo em que os meios de produção são coletivos e por isso o homem usufrui do fruto do seu trabalho.

O desenvolvimento da agricultura e da pecuária, gerando os excedentes de produção, levou ao surgimento da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais. O Estado surge a partir da primeira sociedade dividida em classes – o escravismo. Da forma primitiva original, desenvolveu-se um poderoso aparato que permitiu aos exploradores contar com uma série de instituições (a escola, a igreja, os meios de comunicação, os partidos políticos eleitores, as forças armadas e os tribunais) para garantir o poder da classe dominante sobre as maiorias e o direito de explorá-las.

O Estado surge para legitimar a propriedade daqueles que passaram a tomar conta para si das riquezas abundantes oferecidas pela natureza. Estas riquezas, ao serem transformadas em mercadorias, proporcionarão a concentração por meio da exploração do trabalho.

Os modos de produção subsequentes, o feudal e o capitalista, não acabaram com a luta de classes, apenas aprimoraram as formas de exploração do trabalho para garantir a concentração de riquezas.

O capitalismo é o modo de produção predominante, sobrevivendo com as crises de superprodução, cujas consequências nefastas – arrocho salarial, desemprego, miséria, fome são despejadas sobre aqueles que geram a riqueza do país.

A sociedade capitalista é caracterizada pela existência da propriedade privada dos meios de produção (terra, fábricas máquinas etc.) concentrados nas mãos da burguesia. As classes sociais fundamentais do capitalismo são os **burgueses** (proprietários dos meios de produção), a classe dominante. E o **proletariado, que vende a força de trabalho para os donos dos meios de produção**. O proletariado é constituído de operários das indústrias urbanas e os operários da agroindústria, que sofrem as mazelas decorrentes da concentração de riquezas nas mãos da burguesia.

O Socialismo é o modo de produção que já apresentou suas experiências embrionárias no século XIX com a Comuna de Paris, cuja experiência mais relevante se deu com a Revolução Russa. O Socialismo é a fase transitória para a construção da sociedade sem classes, o Comunismo, o qual depende da luta pela construção do Partido Mundial da Revolução Social.

Como funciona a sociedade capitalista

Por que uma pequena camada da população consegue dominar milhares e milhares de pessoas? Os capitalistas (donos dos meios de produção) exploram o trabalho da maioria. Para manter os trabalhadores submissos aos seus interesses de lucro, contam

com o Estado, que nada mais é do que a ditadura da burguesia. Os elementos da superestrutura da sociedade estão condicionados, em última instância, pela base material, que são o modo de produção e as relações de classe. Dessa forma, as escolas, as igrejas, a Justiça, os meios de comunicação etc. refletem a ideologia da classe dominante.

Para assegurar que seus interesses prevaleçam na sociedade, organizam o aparato político e jurídico. O Parlamento e as eleições são formas da democracia burguesa que servem ao poder da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Por meio das eleições, os partidos patronais arrastam os oprimidos para definir quem serão os governantes. O jogo eleitoral e a corrupção dos politiquinhos são próprios da democracia burguesa. Não por acaso, montanhas de dinheiro são movimentadas nas disputas eleitorais. Quando não são os próprios burgueses que se candidatam, financiam campanhas de pessoas da pequena-burguesia para os defender na Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional e para legislar em favor de suas propriedades. Os Tribunais de Justiça fazem parte desse aparato. As leis são constituídas para garantir a propriedade privada e os interesses da classe capitalista. No entanto, o Estado apresenta a Justiça como se fosse de toda a população e como se todos fossem iguais perante as leis. Os trabalhadores, no dia a dia, constatarem que a Justiça é de classe. Há o ditado que diz “rico não fica preso, pobre mofa na cadeia”. Quando o assalariado precisa da Justiça do trabalho, sabe que sua causa está nas mãos de um Juiz que é pago para proteger os proprietários

A burguesia para manter a maioria desempregada e despossuída das mínimas condições de vida – sem emprego, sem teto, sem terra, sem escola, sem saúde etc. – acorrenta os explorados com esmolas assistencialistas. O objetivo é manter todos calados como se estivesse realizando algum favor, ou distribuindo algum presente, mesmo que o dinheiro pertença à população (as verbas públicas) e fundo de recursos dos trabalhadores, através dos quais distribuem a “Bolsa Família” e financiam programas como “Minha Casa Minha Vida” etc.

Os trabalhadores que constroem a riqueza do país não querem esmolas, mas sim trabalho, salário mínimo vital de R\$ 3.500,00, moradia, escola e lazer. Essas condições serão conquistadas pela ação direta da classe operária, da sua organização independente e da união de todos os explorados.

O que fazer para enfrentar a opressão capitalista

Para destruir o poder da minoria exploradora (os capitalistas), é preciso que todos, os explorados, jovens e pais de famílias possam se unir numa só luta contra a opressão do poder burguês. O proletariado é a classe revolucionária pelo lugar que ocupa nas relações de produção. Mas como a revolução é de maioria, necessita dos camponeses e explorados em geral.

Para enfrentar o poder da minoria burguesa, o proletariado defende a estratégia da revolução proletária. As transformações em favor da maioria não virão por meio de promessas de politiquinhos e nem pela via do pacifismo e do conformismo. Virão do combate direto, pela insurreição das massas. Daí a importância de assimilar e atuar na defesa do programa da classe operária.

A luta armada no Brasil nos anos 1960-70

Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (OMR-POLOP)

Do socialismo abstrato ao foquismo

No último jornal *Massas*, estudamos o surgimento da ALN e sua definição foquista. Carlos Marighella, sob influência da castro-guevarismo, foi expulso do PCB e constituiu uma organização refratária ao trabalho no seio das massas, à formação do partido e à elaboração teórica, portanto, ao programa. Manteve antigas posições do PCB sobre o caráter da revolução no Brasil e assumiu a luta armada à margem do proletariado. Embora negasse a acusação de foquista, foi uma das organizações que mais o praticou. Ao seu lado, destacou a OMR-POLOP e suas cisões – Comando de Libertação Nacional (COLINA) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

A POLOP, no entanto, em fins de 1950 e começo de 1960, se colocou o objetivo de constituir um novo partido, distinto do PCB e crítico ao estalinismo. Seguindo esse percurso, transformou-se no Partido Operário Comunista (POC), contando em suas fileiras com uma cisão do PCB no Rio Grande do Sul. O POC passou a se orientar pela corrente internacional pablista, dirigida por Ernest Mandel. Os dirigentes originais da POLOP admitiam a necessidade de elaborar um programa da revolução socialista para o Brasil e ganhar posições no interior do proletariado. Não resistiram, porém, às pressões do castro-guevarismo, que se estendeu por toda América Latina e do ambiente militarista que tomou conta das esquerdas a partir do golpe de 1964 e intensificação da repressão em 67/68.

A POLOP não nega e nem acoberta o foquismo – aceita-o e procura formulá-lo nas condições sociais e políticas do Brasil. Diz em seu “Programa Socialista Para o Brasil”, de setembro de 1967: “A primeira tarefa política do foco guerrilheiro há de ser, desta maneira, a de colocar claramente no cenário político do país uma nova liderança, uma alternativa revolucionária ao poder das classes dominantes.”

Em 1961, ocorreu o Congresso de fundação da OMR, decorrente da evo-

lução de um agrupamento que se organizava em torno da revista “Movimento Socialista”, em 1959. Segundo Jaime Sautchuk, no livro “Luta Armada No Brasil Dos Anos 60 e 70”, um grupo de intelectuais, influenciado pela revolução cubana, rompeu com o PCB e constituiu no Rio de Janeiro o “Movimento Socialista”. Tudo indica ser correta a informação de que no agrupamento que fundaria a OMR havia distintas posições, que comportavam defensores de Rosa Luxemburgo a León Trotsky, e que da formação da OMR-POLOP participaram militantes de extrações do Partido Socialista Brasileiro e nacionalismo, desgarrados da ala radical do brizolismo. De forma que os estalinistas alcunharam a OMR indevidamente de trotskista.

Observamos que não houve uma revisão crítica e autocrítica que levasse a OMR-POLOP ao marxismo. É certa a caracterização de que se tratava de um agrupamento eclético pequeno-burguês, que misturaram Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Talheimer e Che Guevara. No IV Congresso, de 1967, a POLOP se ressentia de divergências em torno da tática e da sua forma organizativa, constituindo no marco de sua fragmentação. Evidenciou que não tinha formado o programa da revolução, com a tática e os métodos correspondentes, assimilado o marxismo, submetido a experiência do estalinismo no Brasil à crítica internacional de Trotsky e construído o partido de quadro que havia inicialmente se proposto.

Não havendo um programa que expusesse as leis da história, que contivesse uma correta caracterização do Brasil, que identificasse as particularidades de seu desenvolvimento capitalista, que expressasse com precisão as classes sociais, que determinasse a estratégia, a tática e as tarefas e que se definisse pelo internacionalismo, não havendo esse programa, não poderia haver coesão partidária. Não havia como a OMR compreender a revolução cubana e submeter à crítica marxista as posições do castro-guevaris-

mo, que levaram inúmeras organizações latino-americanas para o foquismo. Não havia como compreender a crise do estalinismo, que se iniciou na década de 1950 e chegou ao ápice em 1964. Não havia como submeter à análise histórica as inúmeras cisões no PCB, que acabaram se degenerando na luta armada insana. E não havia como incorporar em suas fileiras os contingentes que vinham da social-democracia, do nacionalismo e do estalinismo.

Um momento tão precioso foi perdido pela ausência de uma direção revolucionária, marxista-leninista-trotskista. Pela documentação que consultamos, a ruptura ocorrida a partir do IV Congresso se deu em torno da avaliação da situação, da luta armada e em decorrência da forma organizativa da POLOP. As incoerências e o subjetivismo que imperaram no “Programa Socialista Para o Brasil”, apresentado para o IV Congresso, demonstraram uma OMR desconjuntada e premida pelo desespero pequeno-burguês.

A conclusão do documento, intitulada “A guerra revolucionária”, é um disparate. Afirma que a “revolução no Brasil será proletária ou deixará de ser revolucionária”, que “isso implica a necessidade de insurreição operária como ato de tomada do poder”. Mas conclui que não havendo condições para o proletariado protagonizar a insurreição, a OMR-POLOP deveria se lançar à luta armada foquista. Eis a formulação conclusiva: “A luta de classe, todavia, não adia os problemas até que o partido de classe esteja criado e a nossa tarefa como vanguarda é enfrentar todas as situações com os recursos que temos à mão, em cada fase da luta”.

A OMR entendia que a “luta de classe” estava colocando a luta armada, quando na verdade a parcela mobilizável de operários, camponeses e estudantes caminhava para a derrota final, que viria em 1968, e para a consolidação da ditadura militar. A luta armada não vinha da luta de classe, mas de decisões tomadas no cérebro dos militantes de organizações

alheias à real situação do proletariado. A retórica de que “a luta de classe não adia os problemas” é manejada no documento para justificar a guinada final da OMR para o castro-guevarismo. O que não tem a ver nem com Rosa Luxemburgo, nem com Trotsky, ou Lênin.

A questão do partido emerge no documento. Não havia o partido, não havia as condições para a insurreição, o que fazer? Colocar-se a tarefa de, sob o látigo da ditadura, trabalhar pela organização do proletariado, partindo da derrota imposta pelo nacionalismo, com a colaboração do estalinismo, e pela organização paciente do partido? Ou organizar pequenos grupos para expropriar bancos, arrecadar armas, justicar com a pena de morte este ou aquele agente da repressão, realizar atentados e se deslocar para o camponês com um manual de guerrilha? O dilema é resolvido pelo “Programa Socialista Para o Brasil”: “Atualmente, uma das formas básicas da luta de classe no continente é a guerra de guerrilha travada no campo e nossa tarefa como vanguarda é enfrentar todas as situações com os recursos que temos à mão, em cada fase da luta.”

O internacionalismo da POLOP se espelhou no guevarismo e nas experiências de luta armada que as esquerdas vinham desenvolvendo, não importando em que condições da luta de classe e da tarefa de construir o partido revolucionário. Como “leninista”, a POLOP se colocou a tarefa, desde o I Congresso, de construir o partido de quadros; pouco depois, como guevarista, relegou a sua construção para se tornar um grupo armado, dividido em três frações. Assim como toda elaboração foquista, a da POLOP também vai ao mais absurdo raciocínio idealista, concebendo o fortalecimento gradual da vanguarda armada e a superação do isolamento clandestino perante as massas a cada vitória contra o exército. Diante do refluxo do movimento de massa, a OMR admite que a guerrilha não só tem como se manter como joga um importante papel nessa circunstância. Os formuladores do documento do IV Congresso aceitavam tacitamente o divórcio entre a luta armada (confundida com guerrilha) e os explorados, supondo que, passada a fase de sua implantação, viria a superação, a confluência.

O gradualismo esquemático da concepção foquista serviu tão-somente para incentivar as divisões na OMR-POLOP. Em Minas Gerais, deu-se lugar ao COLINA, nome adotado em 1968, que se insurgiu contra o funcionamento partidário, minimizou a importância do trabalho no seio das massas, lançou-se a demonstrações armadas e declarou-se adepto da posição de que a guerrilha deveria ser implantada a partir do campesinato. Em São Paulo, a influência de militares nacionalistas a partir de 1966 provocaria mais uma cisão na OMR e a constituição da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em dezembro de 1968. É sintomático da inexistência de um programa socialista o fato da OMR-POLOP ter criticado o nacionalismo burguês, procurado demonstrar seu fracasso histórico com João Goulart e, finalmente, ser penetrado pelo nacionalismo pequeno-burguês militarista. A VPR foi em grande medida uma criação de ex-militares do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Destacou-se pela expropriação de armas do exército e dinamites de empresas de construção. A célula militar no 4º Regimento de Quitaúna, em Osasco, da VPR, liderada pelo capitão Carlos Lamarca, abasteceu a organização de armas, que mal puderam ser usadas, devido à repressão e ao começo do seu desbaratamento, já no início de 1969, com prisões, torturas e assassinatos.

A VPR e o Colina, debilitados pelas perdas de militantes para a repressão, resolveram se fundir. Acordaram uma conferência de cúpula que fundou a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-PALMARES), em julho de 1969. Em setembro, foi convocado um Congresso. Os desacordos sobre a relação da luta armada com o proletariado e as massas vieram à tona. A breve experiência do foquismo mostrava que as organizações de esquerda militarista estavam num beco sem saída: os explorados não reagiam, a repressão se aperfeiçoava, as ações violentas das forças militares e policiais coordenadas apertavam o cerco nos vários estados e a ditadura se firmava com apoio irrestrito da burguesia.

Um dos maiores feitos da VPR foi de conquistar um núcleo operário em Osasco, dirigido pelo metalúrgico José Ibrahim. Desde 1967, o líder operário se

inclinou para a luta armada, influenciado pelos exemplos de expropriações e radicalismo. Em julho de 1968, Ibrahim dirigirá a ocupação da portentosa metalúrgica Braseixo. O destacamento combativo da greve preparou a resistência. As negociações com o governo militar se deram sob a ameaça dos grevistas explodirem a fábrica. O cerco militar de guerra impôs a rendição dos rebelados. Essa experiência, tudo indica, foi fundamental para posteriormente despertar na VPR-Palmares temores de que se trilhava um caminho militarista que afastava os militantes do proletariado. Mas era tarde. Não havia ninguém que fizesse a autocrítica marxista do foquismo e retomasse o caminho inicial do programa e da construção do partido.

Uma nova cisão, agora na VPR-Palmares, nem bem se passaram três meses da unificação, indicava o fim do caminho. Carlos Lamarca reconstituiu a VPR, dirigindo-a para a tarefa de organizar a “guerrilha” no Vale da Ribeira. A prisão de Shizuo Osawa, em março de 1970, que pelo visto não cedeu às torturas e foi libertado em troca da libertação do diplomata japonês sequestrado, abriu caminho para a polícia política descobrir os planos da VPR. Lamarca e mais alguns de seus camaradas evadiram ao cerco militar. As perdas de homens, porém, foram grandes. A peripécia da VAR-Palmares de expropriar 2,5 milhões de dólares do cofre da milionária Ana Capriglione, no Rio de Janeiro, não lhe valeu muito. A organização estava despedaçada por divergências e caçada pelo aparelho de repressão. Lamarca abandona a VPR desintegrada e entra no MR-8, em abril de 1971, com a incumbência de organizar a “guerrilha” na Bahia. Em poucos meses, é descoberto e executado covardemente pela repressão no sertão baiano, em 17 de setembro de 1971.

Iniciamos o estudo com a OMR-POLOP e terminamos com a VPR, comandada por um militar ex-brizolista. Ocorre que a melhor maneira de entender a posição foquista da POLOP nos pareceu ser o acompanhamento das cisões. Na coletânea de Daniel Aarão Reis Filho – “Imagens da Revolução” –, encontramos documentos de todas as organizações que emergiram da OMR-POLOP. No jornal Massas 388, dedicaremos o artigo para a análise dos documentos.

Nesta edição:

- Greve geral na Grécia contra a ofensiva capitalista
- Imperialismo aumenta pressão contra Irã
- A Biblioteca de Guillermo Lora, um Tesouro Inestimável

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Greve geral na Grécia contra a ofensiva capitalista

A greve geral do dia 24/02, a primeira convocada conjuntamente nos setores público e privado pelos sindicatos contra as medidas impostas pela União Européia à Grécia, teve adesão de cerca de 80%. Todo o setor de transporte (aéreo, ferroviário, rodoviário), todos os hospitais, escolas, universidades, as repartições públicas, os meios de comunicação e grande parte das empresas privadas tiveram suas atividades paralisadas. Houve protestos e uma série de confrontos com a repressão policial.

O sucesso da greve provou a grande insatisfação popular contra as medidas anunciadas pelo governo para enfrentar a crise econômica. A resposta, dada à crise iniciada em setembro de 2008, levou os governos a um grande endividamento, através dos subsídios bilionários a bancos e multinacionais. No caso da Grécia, esse endividamento supera amplamente toda a produção anual do país. E seu déficit está em 8,7% do PIB. A quebra da Grécia levará a uma retomada da crise em piores condições por toda Europa e mesmo mundial.

Para contornar essa ameaça, os economistas burgueses apontam a necessidade de viabilizar a entrada de muito dinheiro no mercado grego e reduzir drasticamente os gastos públicos. Suas medidas implicam o corte dos salários do funcionalismo e gastos sociais e a redução drástica dos custos de produção (leia-se salários dos operários), a fim de tornar os preços das mercadorias competitivos no mercado internacional. Traduzindo: arrochar brutalmente os salários e direitos



sociais dos trabalhadores e suas famílias a fim de sustentar o parasitismo dos capitalistas e o pagar o preço por sua crise econômica. É contra isso que se levanta a população assalariada na Grécia: contra a ofensiva capitalista que busca despejar o custo da crise sobre as massas.

A crise vai retomando força

Os dados indicam que as medidas artificiais tomadas pelos governos no mundo todo para atenuar os efeitos da crise capitalista não foram suficientes para afastá-la. Por toda parte, o desemprego continua crescendo e mandando milhões de famílias para a miséria. A economia norte-americana registra a continuidade das demissões e não consegue superar o retrocesso iniciado em setembro de 2008. Os bancos imobiliários continuam registrando prejuízos bilionários (Freddie Mac, US\$ 27,4 bilhões em 2009), apesar da injeção de centenas de bilhões de dólares pelo governo Obama). As bolsas de valores, que contabilizavam crescimento em função do estímulo governamental a alguns setores, já registraram algumas quedas e apontam para perdas decorrentes do que acontece na Europa. A economia japonesa acaba de registrar o 11º mês seguido de deflação. A Europa contabilizou recessão de 4% em 2009, sendo que a Alemanha atingiu 5% negativos, a maior queda desde a 2ª Guerra Mundial. O comércio mundial teve retração de 12% em 2009, também a maior quebra desde a 2ª Guerra Mundial, refletindo a recessão nas maiores economias do planeta, redução do crédito internacional e maior protecionismo.

A crise tem se manifestado com maior força na Europa, principalmente na Grécia, Espanha, Portugal e Irlanda, que



registraram saltos no seu endividamento e déficit públicos. O desemprego e a recessão tendem a arrastar esses países para o colapso financeiro, desencadeando uma reação por toda Europa e aprofundando a crise geral. No início de fevereiro, as bolsas de valores registraram quedas em torno de 5%, o que contaminou até a Bolsa de Nova Iorque, que caiu abaixo dos 10 mil pontos pela primeira vez em três meses. A China emprestou no ano passado US\$ 560 bilhões para governos locais, e anunciou restrição, preocupada com a tendência geral à insolvência.

A força da crise

Apesar das várias medidas tomadas pelos governos para contornar a crise, tudo indica que ela permanece, ainda que com oscilações, e que não será possível uma retomada do crescimento geral no próximo período.

O essencial é que ainda não se processou uma destruição de forças produtivas mundiais capaz de permitir uma reconcentração de mercados e capitais suficiente para um novo período de crescimento. O ajuste capitalista à crise implica essa destruição brutal, que os governos e os exploradores buscam despejar os custos sobre as massas. Portanto, a tendência colocada é a de ataques violentos às condições de vida e trabalho da maioria oprimida.

Os trabalhadores gregos deram uma demonstração de força com sua greve geral combativa contra as medidas do governo. Terão de avançar muito mais para deter a ofensiva capitalista. E terão de contar com a ação das massas nos demais países da



Europa e do mundo, que também estão na mira dos capitalistas e de seus governos. A crise capitalista é parte do próprio capitalismo, que tem de ser varrido da história junto com suas crises através da revolução proletária.

As massas só conseguirão responder à crise capitalista se empunharem as bandeiras e os métodos de luta do Programa de Transição. Defender os salários com as reivindicações de salário mínimo vital e escala móvel (reajuste automático de acordo com a inflação). Defender o emprego a todos com a escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as horas de trabalho existente entre todos os aptos a trabalhar) e impor o controle operário da produção. Construir os comitês de fábrica e interfábricas, para unificar as lutas. Ligar todas as bandeiras à luta pela revolução proletária.

Imperialismo aumenta pressão contra Irã

O governo Obama tem ampliado sua ofensiva contra o Irã. Conseguiu da Rússia um compromisso em criticar o Irã junto à Agência Internacional de Energia Atômica, ao lado dos EUA e França. O governo russo tem mudado seu discurso e se aliado às pressões ianques contra o programa nuclear iraquiano, inclusive com ameaças quanto ao fornecimento de urânio e armamentos.

Ao mesmo tempo, a Secretária de Estado Hillary Clinton ameaçou o Brasil, afirmando que o apoio ao Irã na ONU terá consequências comerciais para o país. O subsecretário de Estado para Assuntos Políticos dos Estados Unidos, William Burns vem ao Brasil para discutir com o governo Lula sanções ao Irã. Esse será um dos principais pontos da pauta da futura viagem de Hillary Clinton ao Brasil.

O governo ianque conta com o apoio da oposição burguesa brasileira, que já convocou o ministro Celso Amorim ao Senado para dar explicações sobre suas declarações de que se deve ter mais paciência com Teerã. Os parlamentares lambe-botas rastejam serviços perante o objetivo do imperialismo de esmagar o atrasado Irã.

As manobras de Teerã são débeis diante do imperialismo

O presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejah, tem procurado manobrar para evitar o isolamento do país. Declarou aceitar que se efetivasse uma troca de combustível para suas usinas nucleares com os países da AIEA, desde que se realizasse no interior de seu país. Depois de viajar à América Latina,

busca agora apoio da China, que tem se omitido. Por mais que consiga apoios circunstanciais à sua causa, Ahmadinejah não conseguirá fazer frente à aliança do imperialismo, que pressionará todo e qualquer país que busque limitar a intervenção contra o Irã.

Os EUA sabem que somente será possível impor suas determinações pela via militar, e vão preparando o terreno para isso. Israel comparece como um poderoso instrumento militar do imperialismo e objeto de ódio de quase todas as etnias regionais, que podem se unir diante de uma ação militar israelense.

A posição internacionalista proletária

É preciso defender o direito do Irã e de qualquer país de decidir livre e soberanamente acerca de seu armamento. A limitação da fabricação de armas nucleares a um restrito grupo de países que mandam e desmandam no mundo é um ataque ao direito democrático da autodeterminação dos povos. A ofensiva contra o Irã se manifesta também como ofensiva contra os demais países, veja-se o caso do Brasil, que já sofre pressões por ter defendido apenas que se tivesse mais paciência com o Irã. Cabe os oprimidos do mundo todo se colocarem ao lado do Irã oprimido contra os países imperialistas opressores. O avanço do imperialismo no Oriente Médio o fortalecerá diante de seu intervencionismo político, econômico e militar no mundo todo. Ao contrário, sua derrota favorecerá as lutas de emancipação nacional em toda parte.

A Biblioteca de Guillermo Lora, um Tesouro Inestimável

Esta importante coleção é uma das mais especializadas em história política e social do país. Situado no Residencial Vale de Irpavi, na altura da Rua 12 em uma casa que guarda tesouros bibliográficos inimagináveis.

Obviamente, o acesso a esse repositório não é uma tarefa fácil, dado o zelo com que preserva a sua custódia. Rina, mulher vigorosa, permitiu-nos apreciar as obras que estão permanecendo lá fora, e é gratificante saber que jovens pazeños realizam o excelente trabalho de preservar os tesouros bibliográficos de Guillermo Lora.

Uma sensação indescritível se apodera de nós ao ver duas grandes casas e um porão cheio de livros, muitos deles inéditos na Bolívia ou escritos em outras línguas, que cobrem uma ampla diversidade temática: a economia política, religião, filosofia, história, literatura, impressos em diferentes épocas, desde a distante colônia, até edições mais recentes, o que demonstra o interesse de Guillermo Lora de mantê-la atualizada.

Em cada área da biblioteca, como eco ressonante, é a figura principal e essência de Guillermo Lora, gravada em cada livro, que, se pudessem falar, relatariam histórias incríveis do bibliógrafo trotskista, ele faz exercícios para melhorar e conservar a biblioteca.

A biblioteca é o reflexo de uma vida dedicada à pesquisa, mas também nos mostra a extrema modéstia, que foi pioneira na vida agitada do político nascido nas terras mineiras, que sua faceta de bibliógrafo cultivava um interesse duplo, em satisfazer sua paixão pela leitura e a análise da realidade. Atrás do férreo dirigente político, daquele homem austero, vislumbra-se a forte personalidade do bibliógrafo, que em grande medida, graças a seus livros, experimentou a verdadeira catarse criativa, que se reflete na sua monumental "Obras Completas", generosamente documentada por esta vasta coleção.

Até hoje foram inventariados 1600 livros que foram organizados em 5 estantes, cada uma com 8 prateleiras. Você não pode quantificar o total de exemplares porque faltam catalogar milhares,

apesar de estarem separados por área temática.

Muitos títulos que essa biblioteca conserva são exemplares únicos ou peças raras, como o *Compêndio de Matemática* (1833), *A Revolução de 1846* (Luis Blanco), *Crônicas Potosinas* (primeira edição de sua obra Modesto Omiste, em 2 volumes), *Escritos de Trotsky* (1930), *Historia de San Martín* (Mitra, 1890), a *Questão Judicial entre Narciso Campero e Gregorio Pacheco* (1830), *Contra a Violência e a Ordem* (Casimiro Olañeta), *História da Bolívia* (Juan Manuel Ordoñez, 1912), *A língua de Adão* (1927), *Economia Mundial e o Imperialismo* (Bukharin), *A História Socialista da Revolução Francesa* (Jean Jaures), *Situação Econômica e Financeira da Bolívia* (René Gutiérrez Guerra), *Economia Política* (1900), *Quixote Mestiço* (1951), *Os Primeiros Cem Anos da República* (Morales, 1925). Encontramos também jornais como "La Antorcha", "El Comercio", "La Nación", "La Razón" (1946), "La Calle", "País", "El Tiempo", e outros mais conhecidos como "El Diálogo", "Presencia" e "Ultima Hora". À medida que esquadrimos nessa maré bibliográfica e

Obras Completas de G. Lora: uma extensa elaboração programática que aplica o socialismo científico à realidade internacional e de seu país

documental, continuamos encontrando novas descobertas, como algumas caixas com documentos pessoais, desenhos e vídeos de e sobre Guillermo Lora.

... Guillermo Lora praticava um curioso, mas eficaz método de aquisição de livros, que tem carimbos de várias bibliotecas particulares, eles foram resgatados de diferentes lugares. A este respeito, Rina diz que: "procurava nos obituários, via quem era a viúva (ou outro herdeiro) e comprava seus livros, muitos foram adquiridos de celebridades". Disse ainda que Jaime Saenz, um grande amigo de Lora, lhe levava pessoalmente exemplares e, aliás, sabe-se que Lora escreveu sobre o poeta. Para se ter uma idéia da sua predileção por livros, Rina conta que Lora "não se interessava mais em viajar, era até chato viajar com ele, pois corria (de um lado para outro) procurando onde poderia comprar livros antigos. Mesmo quando ele foi exilado, imediatamente perguntava, onde poderia comprar livros..."

A desordem encontrada na Biblioteca é apenas aparente, porque "ele conhecia tão bem seus livros que sabia exatamente onde cada um estava, e fazia isso de propósito, porque muitas vezes a biblioteca foi invadida pela polícia, que levava embora uma parte de seus livros, mas ele os voltava a comprar na Montes." "Dessa forma, ele poderia perder parte de uma coleção, mas a outra era preservada pela sabedoria de seu proprietário..."

A utilidade desta biblioteca foi claramente factual, prática: "Qualquer trabalho que ele fazia tinha muita cultura, muita história, (para escrever qualquer obra), ele imergia na sua biblioteca". A biblioteca foi decisiva para a publicação da monumental obra de 67 volumes...

O próximo destino da monumental biblioteca será o Arquivo Nacional de Sucre, onde erigiu um ambiente com o seu nome, onde estará o espírito de Guillermo para sempre.

Resumo do artigo: "A biblioteca de Guillermo Lora" L. Oporto O, "LA EPOCA", 2 de Fevereiro de 2010.

